



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

MARLON FABIANO RUPPENTHAL

A TRAJETÓRIA DE LUTAS POR HABITAÇÃO POPULAR NO BRASIL E A
CONQUISTA DO PROGRAMA NACIONAL DE HABITAÇÃO RURAL NO
ASSENTAMENTO DO MST EM RIO GRANDE DO SUL

*“Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito final para a obtenção de título de
bacharel em Serviço Social pela Universidade
Federal do Rio de Janeiro, sob a orientação da
Profª Drª Gabriela Lema Icasuriaga.”*

RIO DE JANEIRO

2016

MARLON FABIANO RUPPENTHAL

A TRAJETÓRIA DE LUTAS POR HABITAÇÃO POPULAR NO BRASIL E A
CONQUISTA DO PROGRAMA NACIONAL DE HABITAÇÃO RURAL EM
ASSENTAMENTO DO MST EM RIO GRANDE DO SUL

*“Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito final para a obtenção de título de
bacharel em Serviço Social pela Universidade
Federal do Rio de Janeiro, sob a orientação da
Profª Drª Gabriela Lema Icasuriaga.”*

Aprovado em: Janeiro de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Gabriela M. Lema Icasuriaga (orientadora)

Profª Drª Marilene Coelho

Profª Drª Maristela Dal Moro

“Toda a organização que se diz revolucionária,

Antes de se abrir para os outros,

Tem que arrumar bem sua casa”

Fidel Castro

RESUMO

O presente trabalho aborda a questão da habitação rural e em particular uma experiência de cooperativismo de habitação com assentados do Movimento dos Trabalhadores Rurais (MST) no município de Eldorado do Sul. Inicialmente traçamos o percurso da habitação na história brasileira, para que o leitor possa compreender os seus desdobramentos, como a política de habitação foi se constituindo e sua relação com as demandas sociais e a intervenção do Estado Brasileiro. A natureza do estudo é qualitativa, buscando analisar, através do estudo bibliográfico e pesquisa de campo, a intervenção do Estado em períodos diferentes da história brasileira, desde seus primórdios com uma política higienista no período de maior crescimento das cidades brasileiras, da transição colonial ao período republicano, tratando do processo de industrialização e dos impactos no campo brasileiro, chegando ao período mais atual, com o programa Minha Casa Minha Vida. Iremos através deste trabalho, fazer uma síntese da luta pela terra, para então contextualizar o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais (MST) no período da transição democrática brasileira, bem como iremos abordar a construção do Sistema de Cooperativismo dos Assentados da Reforma Agrária, sua contribuição na organização dos assentamentos e a intervenção da Cooperativa Central dos Assentados do Estado do Rio Grande do Sul (COCEARGS) na área da Habitação Rural, através do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR). Para que esta pesquisa pudesse ser realizada, foram utilizados como ferramentas de pesquisa três questionários, um aplicado junto aos profissionais que atuam no setor de habitação desta cooperativa, outro a militantes do MST e também uma entrevista junto às famílias assentadas no município de Eldorado do Sul, no Assentamento Apolônio de Carvalho, local em que a intervenção deste novo modelo de programa habitacional para as áreas de reforma agrária teve seu início através desta cooperativa ligada ao MST.

LISTA DE SIGLAS

ATES – ACESSÓRIA TÉCNICA SOCIAL E AMBIENTAL DA REFORMA A

BACEN – BANCO CENTRAL DO BRASIL

BID – BANCO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

BNDS – BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

BNH – BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO

CONAB – COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO

CNM – CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL

CADMUT – CADASTRO DE MUTUÁRIOS

CAO – COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO

CPT – COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

CF – CONSTITUIÇÃO FEDERAL

CEF – CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

COCEARGS – COOPERATIVA CENTRAL DOS ASSENTAMENTOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CPA – COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

CCAS – COOPERATIVA CENTRAL DOS ASSENTAMENTOS

CONCRAB – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DA REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL

CRE – COMISSÃO DE REPRESENTANTES

EMBRAPA - EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA

FUNTERRA – FUNDO DE TERRAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

FHC – FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

FMI – FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

FGTS – FUNDO DE GARANTIA DOS TRABALHADORES

IMO – INSTITUTO DE MERCADO ECOLÓGICO

INCRA – INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

MST – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

NB – NÚCLEO DE BASE

PMCMV – PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

PNHR – PROGRAMA DE HABITAÇÃO RURAL

PMCMV – PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

PROCERA – PROGRAMA DE CRÉDITO ESPECIAL PARA A REFORMA AGRÁRIA

PTTS – PROJETO DE TRABALHO TÉCNICO E SOCIAL

RT – RESPONSÁVEL TÉCNICO

SCA – SISTEMA DE COOPERATIVISMO DOS ASSENTAMENTOS

SFH – SISTEMA DE FINANCIAMENTO HABITACIONAL

TAC – TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO DE COOPERATIVA

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
-----------------	----

CAPÍTULO I

1. O Histórico das Políticas da Habitação no Brasil

1.1. A subordinação do campo à cidade no limiar do século XX.....	11
1.2. Crescimento das cidades e consolidação da questão habitacional	16
1.3. A luta pela habitação no campo e na cidade e a resposta política de habitação social.....	21

CAPÍTULO II

2. A luta pela terra no Brasil, a formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e o desenvolvimento do cooperativismo no MST

2.1. Insurgências rurais contra a escravidão e a dominação estrangeira	31
2.2. O processo de surgimento do MST e a proposta da reforma agrária popular	40
2.3. O desenvolvimento do cooperativismo no MST	48

CAPÍTULO III

3. A COCEARGS e o desenvolvimento da habitação nas áreas de reforma agrária

3.1. A COCEARGS	53
3.2. Operacionalizando o cooperativismo habitacional na COCEARGS.....	59
3.3. O trabalho técnico social nas cooperativas habitacionais rurais.....	65
3.4. Assentamento Apolônio de Carvalho a partir da fala dos moradores	73
3.4.1. O Programa Nacional de Habitação Rural no Assentamento Apolônio de Carvalho	75
3.4.2. Impactos do programa habitacional rural na vida dos moradores do assentamento	78
3.4.3. A participação dos moradores na assessoria técnica para a construção das moradias ...	80
Considerações Finais	81
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	86

ANEXOS

ANEXO 1; FOTOS DAS HABITAÇÕES NO ASSENTAMENTO APOLÔNIO DE CARVALHO EM ELDORADO DO SUL, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	89
ANEXO 2; QUESTIONÁRIOS PARA ENTREVISTAS	92

INTRODUÇÃO:

A habitação na vida das pessoas transpassa o espaço em que vão se abrigar, principalmente quando falamos em habitação no meio rural. Nos assentamentos da reforma agrária, a habitação também faz parte de um sistema que está ligado ao todo do assentamento, assim discutir habitação também implica discutir a produção, saúde ambiental, organicidade das famílias, infraestrutura, acessibilidade ou em outras palavras, a relação do homem com o meio onde vive.

O presente trabalho pretende fazer um percurso histórico sobre a intervenção do Estado em torno da habitação no Brasil, desde o período colonial, até os dias atuais, com a política de Habitação do Minha Casa Minha Vida e um dos seus componentes: o Programa de Habitação Rural (PNHR). Sem muita pretensão iremos abordar este tema no primeiro capítulo deste trabalho.

Assim, no segundo capítulo, iremos focar na análise da luta pela terra no Brasil, principalmente no surgimento do movimento social dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), sua luta pela democratização da terra no Brasil e por mudanças sociais. Ainda no segundo capítulo do referido trabalho, iremos abordar o processo de construção do sistema cooperativista no MST, para que possamos conhecer a sua estrutura em níveis locais, estadual e nacional, procurando assim conhecer mais profundamente este movimento social.

No terceiro capítulo focamos a atenção na Cooperativa Central dos Assentados do Rio Grande do Sul Ltda (COCEARGS), seu surgimento e contribuição para o desenvolvimento do cooperativismo no Estado do Rio Grande do Sul. Também, no terceiro capítulo, trabalharemos a demanda por moradia no momento em que os Sem Terra passam para a condição de assentados da Reforma Agrária, trazendo à luz a construção de moradias nas áreas de reforma agrária, sendo desenvolvido pelo setor da habitação vinculado à COCEARGS, efetivada através do PNHR.

Tendo como objetivo principal avaliar criticamente a Política de Habitação Rural desenvolvida através de uma COOPERATIVA do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, buscando compreender os princípios do cooperativismo discutidos pelo movimento.

Esperamos que a pesquisa possa contribuir com a análise da habitação no meio rural, bem como trazer à luz a importância desta na vida da população brasileira, ajudando a apontar

questões que sejam relevantes quando se for pensar uma política que venha a se preocupar com os problemas sociais de grande parte da sociedade.

Também queremos sistematizar a experiência desenvolvida por um movimento social da grandeza que o mesmo representa, não só pelas famílias que fazem parte do mesmo, mas também por aqueles que acreditam que assim como a Terra, a Habitação deve cumprir com sua função social.

Os procedimentos metodológicos utilizados para concretizar este trabalho consistiram em:

- Estudos bibliográficos sobre o histórico da habitação no Brasil; a questão fundiária e seus desdobramentos no meio rural e urbano; sobre a luta pela terra no Brasil e o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e o processo de constituição do sistema cooperativista no mesmo;
- Estudo sobre a Política de Habitação no meio rural; levantamentos de dados sobre a habitação no meio rural do Rio Grande do Sul;
- Levantamentos de dados sobre número de famílias assentadas e acampadas no Rio Grande do Sul, e questões relacionadas à habitação no meio rural nas áreas da reforma agrária do Rio Grande do Sul;
- Reuniões e vivência com membros da equipe técnica do setor de habitação que compõe a COCEARGS, do qual tive a oportunidade de realizar questionários com o Assistente Social que atua no Trabalho Técnico Social, Profissional da área da logística e da unidade de engenharia, os quais responderam questionários direcionados aos profissionais que teve como objetivo analisar abordagem da habitação feita pela COOCEARGS e as mudanças que ocorreram com a inclusão dos Assentados da Reforma Agrária na política de Habitação do Minha Casa Minha Vida através do PNHR;
- Além do questionário utilizado com os profissionais, foram construídos outros dois questionários, um destes para a realização de entrevistas juntamente a lideranças do MST, no intuito de resgatar o histórico de luta pela habitação e da própria COCEARGS; outro questionário realizado com as famílias do Assentamento do Município de Eldorado do Sul/RS, que teve a intencionalidade de conhecer o histórico local e das famílias; quais foram

às discussões pensando o planejamento para o assentamento e avaliar o programa e resultado obtido com a construção das casas;

- Foram acessados materiais utilizados pela equipe técnica, sendo eles o Projeto Técnico Social do ano de 2013 referentes ao Assentamento Apolônio de Carvalho, localizado no Município de Eldorado do Sul/RS. E Caderno de Orientação Técnica Social da Caixa Econômica Federal do ano de 2012;

Esperamos que uma vez concluído esta monografia possa contribuir com a pesquisa de outras pessoas que pensam em discutir a habitação no meio rural, bem como trazer à luz a importância desta na vida da população brasileira, ajudando a apontar questões que sejam relevantes quando se pensa uma política que tenha como preocupação a superação de problemas sociais de grande parte da sociedade. Também se tornará relevante ao sistematizar uma experiência desenvolvida por um movimento social da grandeza que o MST representa, não só pelas famílias que fazem parte deste movimento, mas também para o conjunto da população impedida de aceder a uma moradia digna nas condições impostas pelo mercado imobiliário capitalista. Acreditamos que é de fundamental importância avançar na conquista da função social da propriedade para habitar e para produzir.

CAPÍTULO I - O Histórico das Políticas da Habitação no Brasil

1.1 – A subordinação do campo à cidade no limiar do século XX

O que existiu anteriormente à década de 1930 foi um planejamento voltado a um processo de higienização dos centros de determinadas cidades, expulsando grandes massas de pobres para periferias, deslocando-os a grandes distancias dos centros urbanos, dificultando assim sua acessibilidade ao emprego e a serviços, entre outras questões importantes ao dia a dia das famílias.

Além da higienização, as obras estavam voltadas para o embelezamento dos centros urbanos, em especial nas grandes cidades como, Rio de Janeiro e São Paulo, estas obras espelhavam-se na arquitetura Europeia, em especial a Francesa, atendendo às demandas da classe dominante do período.

“(...) Verifica-se seu início, em que pese ainda não haver uma denominação formal de “Planejamento Urbano” e nem estruturas formais nas administrações públicas, no último quartel do século XIX. Na época, preocupações com a saúde da cidade (higienismo), a necessidade do rompimento com o passado colonial e a adesão ao “moderno” e a ascensão de uma nova classe dominante (que demandou o “embelezamento das cidades”), começam a propiciar intervenções nas cidades. Villaça (1999) divide em três períodos a história do planejamento urbano no Brasil: o primeiro inicia-se no final do século XIX, por volta de 1875 e vai até o ano de 1930. O segundo vai de 1930 até por volta de 1992, ano em que se inicia o terceiro período e que perdura até o fim do século XX”. (Programa Nacional de Capacitação Das Cidades, ANO 2009, P. 2 e 3).

Assim, a preocupação com as questões de saúde nas cidades brasileiras se inicia no final do século XIX, com o planejamento das cidades, intervenção organizada pelo então Ministro do Império João Alfredo de Oliveira. Estas intervenções criaram grandes avenidas, praças e monumentos, preocupados com o embelezamento das cidades e não com as condições de vida daqueles que foram deslocados dos centros urbanos para as periferias das cidades.

Este processo, de formação dos grandes centros urbanos no Brasil, ocorre em um período de contínuo processo de êxodo rural, deslocando massas de despossuídos para as cidades, fazendo com que a elite brasileira da época, sentindo-se ameaçada pela pobreza que se apresenta agora nos grandes centros urbanos, pressione os governantes da época, para a realização de uma reorganização das cidades.

Com a urbanização configura-se o proletariado, constituído por imigrantes que chegam ao Brasil já com uma bagagem de organização e luta política, em sua maioria de imigrantes Europeus. Outra fração deste proletariado advindo do campo brasileiro, trabalhadores rurais, expulsos das terras onde produziam seus meios de subsistência por diversos motivos, mas também pela ausência do Estado brasileiro no meio rural, que faz com que as famílias busquem as cidades com a expectativa de arrumar emprego na dinâmica industrial em pleno desenvolvimento, ou mesmo no comércio que também crescia.

“O Brasil, assim como a maioria dos países da América Latina, até na metade do século XX, conceituava-se como um país predominantemente rural, visto que mais de 60% de sua população concentrava-se em áreas não urbanas. (NEAD, 2000). A

inversão deste cenário ocorre na medida em que fortalece o período de industrialização atraindo milhares de trabalhadores para os grandes centros urbanos. Nesse período, MARICATO (2001) argumenta que o esquecimento a que foram relegadas as regiões rurais, sob qualquer aspecto: saúde, educação, transporte, crédito, habitação, trouxe como consequência o abandono do campo e um crescimento sem precedentes das cidades, gerando um dos maiores problemas estruturais do país: a exclusão social”. (Peres, 2003, p. 01).

Esta consequência que agora se via na vida dos trabalhadores rurais, tem suas origens na estrutura fundiária do Brasil, a partir da qual foi desenvolvendo-se o meio rural. Produção esta através de grandes extensões de terras, baseado no monocultivo e algum grau de desenvolvimento de suas forças produtivas que possibilitou manter os interesses das oligarquias rurais sem mexer na estrutura fundiária.

Neste sentido, é importante destacar a LEI de Terras N° 601, de 18 de Setembro de 1850, que torna as terras no território brasileiro uma mercadoria, se antecipando à abolição da escravidão, fazendo com que os escravos ou trabalhadores rurais das fazendas fossem obrigados a ter que desembolsar uma quantia de recursos para a compra das terras para manterem-se na agricultura, assim, para grande maioria da população radicada até então no campo, não tendo condições financeiras para adquirir terras, só restou deixar o campo e ir para os centros urbanos em busca de meios de subsistência, e ainda aqueles que não aceitam estas condições, passam a tencionar as estruturas do poder estabelecido e acabam gerando conflitos, como veremos no decorrer deste trabalho.

Foi então, negado o direito do acesso à terra aos ex-escravos e outros trabalhadores rurais, tornando-os assim despossuídos, Sem-terra, perdendo a oportunidade de realizar a reforma agrária no Brasil.

“(...) quando a escravidão acabou legalmente, em 1888, permaneceu a condicionante econômica que impedia os ex-trabalhadores escravos de terem acesso à terra, pois não possuíam recursos - dinheiro - para pagar à coroa. Assim, os trabalhadores libertos do pelourinho não tiveram o direito de acesso à terra e migraram para as cidades portuárias”. (Stedile, 2005, p. 284).

Para o desenvolvimento das cidades, o campo brasileiro necessita de certo nível de desenvolvimento de suas forças produtivas, o que veio a favorecer este processo foi principalmente a cultura do café no meio rural, vindo a pressionar o desenvolvimento de

ferrovias, no que se refere ao escoamento da produção, além do armazenamento e a importação deste produto.

Com o desenvolvimento das forças produtivas e a organização da indústria e do comércio existe uma divisão entre os papéis específicos para cada espaço seja ele o campo ou a cidade, que são determinantes para o desenvolvimento do capitalismo e principalmente para o desenvolvimento das cidades. O primeiro está subordinado ao segundo, tendo papel específico na produção de alimentos para os trabalhadores da cidade e a produção de matérias primas para o desenvolvimento das indústrias.

Segundo Singer; o “desenvolvimento das forças produtivas é suficiente, no campo, para permitir que o produtor primário produza mais que o estritamente necessário à sua subsistência” (SINGER, 2002, p.9). Acatando o ponto de vista de Singer, entende-se que o crescimento das cidades é possível se a divisão do trabalho entre campo e cidade ocorre.

“A partir daí, o adensamento populacional das edificações existentes e o surgimento de construções provisórias erguidas pelos próprios migrantes em áreas ainda não ocupadas, de propriedade pública ou privada, passaram a ser notados nos centros de comércio regionais (Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Recife e Belo Horizonte)”. (Nascimento e Braga, 2009, p. 100).

Nascimento e Braga (2009) chamam atenção para que seja neste período que surge a ideia de déficit habitacional, que caracteriza o problema habitacional no Brasil designado por uma questão quantitativa, necessitando de uma intervenção, seja ela Estatal ou da indústria privada, para construir um maior número de habitações de acordo com as necessidades habitacionais, deixando de lado determinantes estruturais, sociais, culturais e econômicos, existentes em todo o processo histórico brasileiro, segundo eles;

“Desde então, a habitação é apresentada publicamente como uma deficiência numérica que deve e pode ser mensurada e igualmente revertida. Àquela época, dois outros fatos reforçaram a noção de que construir casas em massa significava reduzir ou eliminar a demanda habitacional: em primeiro lugar, o governo Epitácio Pessoa (1919-1922), por meio do decreto n. 4029/1920, autorizou o Poder Executivo a construir habitações de aluguel para “operários e proletários” (ARRUDA, 2004); em segundo lugar, surgiu “a empresa construtora nacional” (FARAH, 1996, p.140), importante agente produtor de moradias comercializáveis”. (Nascimento e Braga, 2009, p. 100).

As ocupações de espaços ou territórios, com o objetivo de transformá-los em um lugar que possa servir de habitação para comunidades, foi uma das principais formas que as famílias e também movimentos sociais utilizaram historicamente para conseguir primeiramente o espaço físico, o terreno, do qual se dispunha para a construção de sua habitação. As quais eram construídas com os mais variados materiais e formas que a população dispunha para construir suas habitações.

Estas ocupações eram tanto em áreas privadas quanto públicas, em áreas de morros, muitas das vezes em locais de riscos de desabamento ou então em locais de preservação ambiental, também sujeitos a alagamentos. A ocupação destas áreas foi tornando-se cada vez mais frequente, conforme a chegada de maior número de migrantes. Assim foram se configurando nossas cidades, sem um planejamento urbano, nem preocupação com a habitação da população que continuou a se expandir pelas periferias das cidades e em locais impróprios para moradia.

Além do problema da habitação, esta população está sujeita a vários outros problemas sociais, pois sem uma política de habitação, estão ausentes todas as outras políticas, sejam elas de saneamento, saúde, transporte, educação, trabalho etc. Configuram-se contrastes sociais na ocupação do território urbano, que podem ser observados nas enormes diferenças de equipamentos e serviços públicos disponíveis entre os centros urbanos e a periferia, entre os investimentos públicos no enobrecimento de espaços de moradia das classes mais abastadas e sua total ausência na vida da população mais carente.

“Assim, as mudanças ocorridas nas cidades brasileiras neste processo de *“regeneração”* revelavam pela primeira vez a face fragmentária da *“cidade do capital”*, iniciando a divisão do espaço urbano entre o centro e a periferia. Como resultado deste processo, podemos ver, também, o principal recurso que historicamente as classes populares têm buscado para suprir a crise de habitação, qual seja, a ocupação de terrenos vazios que, no caso do Rio de Janeiro, eram os subúrbios e as encostas dos morros”. (Botega, 2008, p. 04).

Contudo o crescimento desordenado das favelas nas grandes cidades do Brasil foi aumentando a cada ano com aquelas pessoas que foram saindo do campo, seja pela falta de recursos para comprar suas terras e fixar sua família no campo, ou pelas condições de pobreza absoluta, devido à falta de investimentos para o desenvolvimento da produção dos camponeses, ou os pequenos agricultores que foram também levados para as cidades na busca

de uma melhoria de vida, foram ocupando assim espaços das periferias ou favelas das grandes cidades.

No período da década de 30, com a política de industrialização implementada por Getúlio Vargas, a realidade brasileira foi se transformando mais rapidamente, assim, mais braços que produziam no campo brasileiro, passam a produzir nas indústrias das cidades, a industrialização capitalista exige trabalhadores livres para vender sua força de trabalho nas cidades, em quantidade suficiente para manter uma reserva de mão de obra em condições miseráveis de subsistência que permita ao empregador manter os salários baixos e substituir um trabalhador por outro quando bem entender.

1.2. Crescimento das cidades e consolidação da questão habitacional

O período que se inicia na década de 1930 e se intensifica nas décadas seguintes modificou a economia brasileira e aprofundou o crescimento das cidades, assim o processo de subordinação do campo pela cidade se intensifica, o desenvolvimento da indústria interna se torna fator decisivo, bem como abre o caminho para o desenvolvimento de novos setores na economia brasileira.

Baseada em um modelo de substituição de importações, a industrialização vem acompanhada da urbanização e, nesta época, tem-se um crescimento da população urbana de 11,3% em 1920 para 31,2% em 1940, além das oportunidades de trabalho cresce também a população nos grandes centros urbanos.

“A partir de então o Brasil viveria o seu grande surto de crescimento urbano (e de industrialização também). (...) O ponto culminante deste crescimento ocorre entre as décadas de 1950 e de 1960, período marcado pelo forte êxodo rural, consequência, entre outros fatores, da forte política de industrialização adotada no governo de Juscelino Kubitschek.” (Botega, Março de 2008, p. 4 e 5).

Esse crescimento das cidades intensifica os problemas sociais, tornando-os assim mais visíveis. Paralelo aos problemas estruturais, falta de saneamento, habitação, saúde, educação, emprego, entre outros, assim como também o problema da violência, como o aumento da

criminalidade, passam a preocupar as classes dominantes, que pressionam o Estado brasileiro a tomar iniciativas que venham a contornar ou mesmo minimizar os problemas existentes.

Na década de 1960 se instaura o período da Ditadura militar, movimento golpista de alguns setores das Forças Armadas com apoio de parte da sociedade, principalmente aqueles ligados aos setores empresariais e industriais que viam no governo de João Goulart e nos segmentos populares que o apoiavam um grave risco aos seus interesses, principalmente após as Reformas de Base anunciadas por este governo. Os movimentos democráticos que tinham como principais bandeiras as reformas urbana e rural foram freadas pela violência institucionalizada pelo golpe militar de 1964, instaurando aquilo que foi conhecido como os anos de chumbo, fechando partidos políticos, acabando com vários movimentos sociais, além de exilar, prender e matar importantes representantes dirigentes políticos.

Se por um lado são retirados direitos civis, por outro aumenta a intervenção do Estado através das políticas sociais, entre elas a criação do Banco Nacional de Habitação e do Plano Nacional de Habitação. Se por um lado favoreceu àqueles que precisavam adquirir sua casa própria, por outro destacadamente favoreceu empresas privadas ligadas ao ramo da construção civil que lucrariam com dinheiro público na construção destas habitações. Tanto a construção de moradias como de infraestruturas viárias e urbanas tiveram como finalidade o aquecimento da economia e a absorção de mão de obra pouco qualificada, resultando pouco significativo o problema principal da moradia para a população de baixos ingressos.

É pela pressão das classes dominantes sobre o Estado, através dos seus representantes, que se utilizam desta estrutura como um instrumento para fins particulares e não sociais, que se buscou intervir sobre a “marginalidade” e o crescimento das favelas através do aparato repressivo militar, expulsando-os dos centros das cidades e levando-os para as margens das cidades. É com esta intencionalidade que o Estado cria Leis que visam o desenvolvimento de habitações populares, buscando legitimar sua intervenção.

“Sustentado pelo entendimento das favelas como representantes de uma ‘doença urbana’ (que precisa ser exterminada) e pela pressão das classes dominantes preocupadas com a marginalidade urbana, o Banco Nacional de Habitação (Lei 4320, 21/08/1964) foi criado com o objetivo de “estimular a construção de habitações de interesse social e o financiamento da casa própria, especialmente pelas classes da população de menor renda” (“Plano Nacional de Habitação”, Arquitetura IAB, 1965, n.36, p.37-40). Porém, o investimento financeiro do BNH foi acompanhado por

incentivos dados às empresas privadas, o que as transformou em colaboradores na execução do plano habitacional. Essa, talvez, seja a principal razão para que o plano tenha se configurado como um dos eixos de sustentação da expansão do consumo da propriedade no Brasil (FARAH, 1996, p.173). A Programação Habitacional não alimentou “nenhuma pretensão de resolver a curto prazo o problema habitacional brasileiro. [...] os mecanismos institucionais existentes não comportariam a possibilidade de ultrapassar em curto prazo as metas apresentadas. [...] Ao Setor Privado caberá dessa forma a tarefa de contribuir para o atendimento da demanda restante”(“Plano habitacional decenal”, Arquitetura IAB, 1967, n.59, p.14-16).” (Nascimento e Braga, 2009, p. 104 e 105).

No entendimento das classes dominantes o problema habitacional sempre esteve ligado a um problema numérico, de déficit habitacional, ou a um problema moral, estético e de saúde, do qual a pobreza absoluta expressada na miséria da população, através de seus casebres construídos nas ocupações clandestinas, incomodam as classes dominantes, que se sentem ameaçados. Para as elites brasileiras esta realidade ameaçava o seu bem estar, buscando através da intervenção policial, através da violência, expulsar estas populações dos centros urbanos, jogando-os para os fundos das cidades.

A intervenção Estatal através das políticas de habitação, até então, não esteve voltado para resolver o problema de habitação em si, pois os empréstimos feitos pelo Banco Nacional de Habitação não atingiram a camada da população de baixo poder aquisitivo, que vivem as piores condições de habitação e que necessitam prioritariamente o auxílio do Estado para acessar a uma moradia, mas favoreceu outras camadas como podemos ver em Botega (2008):

“(...) é elucidativo mostrar que 80% dos empréstimos do Banco Nacional de Habitação foram canalizados para os estratos de renda média e alta, ao mesmo tempo, que naufragavam os poucos planos habitacionais voltados para as camadas de baixo poder aquisitivo. É contrastante neste sentido que as pessoas com até 4 salários mínimos constituam 55% da demanda habitacional ao passo que as moradias colocadas no mercado pelo Sistema Financeiro de Habitação raramente incluíam famílias com rendimento inferior a 12 salários.” (Botega, 2008, p. 08).

Entre finais da década de 70 e início da década de 80 processam-se iniciativas de Políticas de Habitação voltadas para os países chamados do terceiro mundo, assim países da América Latina entre eles o Brasil, passam a desenvolver uma reorganização do meio Urbano,

influenciados por organismos internacionais que subordinavam estes países através da dependência econômica, ficam endividados com os juros das dívidas adquiridas pelos empréstimos, também a subordinação pelo projeto idealizado para as cidades, que vinha de fora para dentro.

Em um período de crise mundial, estas políticas caracterizam-se pela rentabilidade e um modelo de gestão terceirizada e que seguem critérios estabelecidos por organismos internacionais como o Banco Mundial e o Banco Internacional de Desenvolvimento (BID), estes muito mais preocupados com a rentabilidade na implementação destes projetos para o meio urbano do que pensar uma política universal para a população.

Segundo Arantes;

“(...) os empréstimos do Banco Mundial e do BID – que aparecem aos gestores públicos como “tábuas de salvação” em tempos de crise –, não são “neutros” e carregam consigo uma agenda afirmativa: pretendem modelar um determinado padrão de uso do recurso público e de organização do Estado. As duas instituições difundem políticas públicas que seguem critérios empresariais de rentabilidade e um modelo de gestão estatal terceirizada, à mercê de um corpo técnico privado – formado por gerenciadoras de projeto, fundações privadas, ONGs e inúmeros consultores.” (Arantes, 2006, p. 60).

Esse modelo adotado pelos países da América Latina, entre eles o Brasil, vai deixar de lado a qualidade dos serviços até então utilizado, como por exemplo, na reconstrução da Europa no pós 2ª Guerra Mundial, com a política adotada pelo chamado *Welfare State* ou Estado de Bem Estar Social, estabelecendo assim uma política com baixos custos. Com isso, caracteriza-se como uma política de Habitação em moldes precarizados, através de uma política abrangente em níveis mais baixos de qualidade e com menores custos unitários.

Ao que parece, existe uma dicotomia entre as políticas estabelecidas nos países centrais do capitalismo e nos países periféricos, com patamares distintos na qualidade dos serviços de habitação e em consequência uma precarização ao atendimento dos direitos sociais na área urbana.

Sendo assim, a construção da habitação para determinadas famílias brasileiras, desde o início de sua implementação, do que se configuraria como política de habitação implementada por via do Estado, não levaria em conta as necessidades básicas de cada família nem para a

organização do meio urbano e muito menos para a organização das habitações para estas famílias, como explica Arantes (2006) as necessidades mínimas não ditam mais o modelo de urbanização, e sim as possibilidades financeiras dos pobres urbanos:

“Assim, no caso da habitação, o parâmetro mais importante passa a ser a renda familiar e não mais o estudo dos espaços necessários para abrigar adequadamente uma família. Contrariando o que havia sido proposto pelos arquitetos modernos – os quais definiram, a partir do estudo das necessidades da vida moderna, como deveria ser o espaço habitacional mínimo –, a nova matriz postula que qualquer consideração sobre a qualidade do espaço é secundária, pois deve se submeter à capacidade de pagamento do futuro morador. Trata-se, aqui, da passagem do espaço mínimo para o custo mínimo.” (Arantes, 2006, p. 65).

É no período que se inicia nos anos 80 que a influência destes organismos internacionais deixa de ser “orientações” aos países periféricos tornando-se uma prática mais ativa, não por escolha deste ou daquele país, mas pelo fato da crise da dívida no Terceiro Mundo e a dificuldade dos países pagarem os empréstimos tomados em anos anteriores, que as diretivas dos organismos internacionais passam a ser imposições e, desta forma, não se consegue estabelecer um critério próprio de qualidade de habitação. Ao renegociar as dívidas com o Fundo Monetário Internacional, as orientações passam a ser uma exigência para os países do Terceiro Mundo.

Isso significa segundo o mesmo autor que “(...) *além de colaborar com o equilíbrio financeiro do ajuste fiscal, as cidades deveriam tornar-se “máquinas de produzir riquezas”*”. (Arantes, 2006, p. 66).

No desenvolvimento destas intervenções sobre o meio urbano, processaram-se modalidades diferentes no processo de gestão dos recursos pelas empresas no desenvolvimento de construção de habitações, segundo Arantes foram quatro as modalidades de acesso ao crédito para o financiamento chamado de “cidades financiáveis”;

- a) “a criação de agências privadas de intermediação financeira (enclave agencies), legalmente independentes e responsáveis pela implementação de projetos e captação de recursos no mercado; b) as parcerias público privadas (PPPs) e concessões para operação e ampliação de serviços e infra-estrutura urbanos por empresas privadas de capital aberto; c) a captação de recursos no mercado de crédito nacional e internacional, com a emissão de títulos e a cotação de ratings

municipais; d) a criação de taxas especiais ou emissão de títulos distritais para realizar melhorias urbanas concentradas em um determinado bairro ou perímetro. O objetivo desse novo sistema de financiamento é tornar as municipalidades “auto-sustentáveis” e, no limite, autofinanciáveis no mercado privado. Recorrendo a esse tipo de recurso, os municípios passam a apostar em obras e investimentos que apresentam taxas de retorno, no mínimo, equivalentes aos custos do capital emprestado, em uma concepção da ação pública cada vez mais financeirizada.” (Arantes, 2006, p. 67).

Com a crise do modelo ditatorial, aliada a crise econômica, também entra em crise a política habitacional do período, assim veremos no próximo ponto as mudanças que ocorreram no Brasil com o fim da ditadura militar e as mudanças ocorridas na política habitacional.

1.3 A luta pela habitação no campo e na cidade e a resposta política de habitação social

Assim como o modelo adotado pela ditadura militar entra em crise, também a política habitacional, passando a sofrer suas consequências. Os altos juros e momento inflacionário da época fez com que a grande maioria dos mutuários não conseguisse pagar as parcelas do crédito do financiamento habitacional.

Com isso, os trabalhadores de menor renda são os mais afetados, momento em que os bancos deixam de atender a parcela de menor renda, aqueles que tinham apenas entre 0 a 3 salários mínimos, pois o mercado não vê com bons olhos este grupo, apesar de ser o grupo com maior déficit habitacional.

A combinação de diversos fatores foi fundamental tanto para o fim da ditadura militar, como para a desarticulação do Sistema de Financiamento de Habitação (SFH), afetando assim o BNH, sendo esta uma das principais políticas implementadas até então na área da habitação no Brasil. Diversas foram as combinações de fatores que afetaram a política de habitação, segundo Filho;

“A partir de 1982 uma explosiva combinação de fatores adversos atua sobre as fontes de arrecadação do SFH, desfazendo o tripé de sustentação financeira do sistema.

Primeiro, o retorno dos investimentos entra em declínio acentuado dada a perda da capacidade de pagamento dos mutuários, devido à perda real de renda resultante de “ajustes” na política salarial, em combinação com o período de elevação das taxas de desemprego: a taxa de inadimplência do SFH (mais de três prestações vencidas e não pagas) era de 18%, ou seja, cerca de 720 mil mutuários em atraso. O segundo fator de debilidade financeira do SFH foi à queda de arrecadação do fundo de garantia do Tempo de Serviço (FGTS), também decorrente da crise de emprego, que, por sua vez, se desdobra em duas causas: a suspensão dos depósitos nas contas vinculadas dos trabalhadores e, ao mesmo, a concentração dos saques por causa das demissões. Por último, provavelmente pela mesma causa – perda de renda da população – e com a mesma importância pelos seus efeitos negativos, os saques superaram os depósitos das cadernetas de poupança, registrando-se acentuada queda no saldo desse importante funding de financiamento.” (Maricato, 1987 *apud* Filho 2006, pg. 77 e 78).

No processo de transição democrática brasileiro, da passagem do regime autoritarista dos governos militares que se instalaram no Brasil no ano de 1964 e se finda em 1985, retomou-se o processo democrático no Brasil com as chamadas diretas já, sendo eleito o presidente Tancredo Neves, que acaba não assumindo o governo devido sua morte, assumindo o posto da presidência brasileira o então vice-presidente José Sarnei.

Com a reestruturação do papel do Estado Brasileiro também passam a se redefinir as instituições que vão gerenciar o processo da política habitacional, não pelo desejo de se pensar uma política diferente de habitação, mas pela necessidade de se reajustar ao momento de crise vivida neste período.

“Assim com o final do Sistema de Financiamento de Habitação (SFH) e o fim do BNH em novembro de 1986, segundo Antonio Triana Filho, suas atividades e atribuições foram transferidas para o Conselho Monetário Nacional (CMN) e o Banco Central do Brasil (Bacen) – o poder normativo-regulador e de fiscalização – e para a Caixa Econômica Federal, que ficou com a incumbência de ser a principal agente executor das políticas de habitação, saneamento e desenvolvimento urbano.” (Filho, 2006, p. 76 e 77).

Com a extinção do BNH em 1986, a CEF passou a administrar e posteriormente a centralizar o FGTS. Antes disso os depósitos nas contas de FGTS eram feitos nos bancos de preferência dos empregadores, o que dificultava o acesso da informação pelos trabalhadores e postergava o repasse dos valores ao BNH, enquanto gestor. A CF/1988 transformou o FGTS

em um direito social e a Lei 8.036 de 1990 determinou a criação do Conselho Curador do FGTS, que estabelece as normas e diretrizes do fundo, e cujos integrantes são representantes dos trabalhadores, empregadores e órgãos e entidades governamentais.

Dessa forma a CEF ampliou sua atuação no campo de financiamentos habitacionais e dos programas de governo nesta área que não foram expressivos nas décadas de 80 e 90. Com o FGTS eram financiados imóveis para população que ganhasse até 12 salários mínimos, mas exigindo contrapartida de recursos próprios ao trabalhador o que inviabilizava o acesso à moradia própria para uma ampla parcela desta população. Aqueles com salários acima desse valor podiam obter financiamento com linhas de crédito a preço de mercado, o que também dificultava para as camadas de renda média baixa.

Junto às mobilizações pela democratização do Estado vários movimentos sociais se destacam na conquista da ampliação de direitos, como por exemplo, o movimento pela reforma sanitária. Outro que se destaca e está ligado diretamente à política de habitação, é o movimento pela reforma urbana, que coloca em discussão concepções que tratam a cidade de maneira integrada, entendendo a habitação não somente como espaço onde se habita, mas também o acesso a serviços, como transporte, saúde, saneamento, eletricidade, acesso ao espaço de trabalho, creches, escolas, toda uma infraestrutura que deve garantir a mobilidade ao cidadão.

No que se refere à Política de Habitação não houve grandes mudanças no que se seguiu após o desmonte da política do BNH, implementada durante o período ditatorial dos governos militares, o que aconteceu foi um processo de ampliação das políticas de habitações com as empresas privadas, já que não existe e nem existiu, até então, uma organização para que o próprio Estado pudesse efetivar a construção das habitações. Assim em momentos de insegurança financeira, aqueles que mais necessitam de uma política habitacional, ficam excluídos por determinação de uma seleção que beneficia aqueles com um poder aquisitivo maior, determinado pela comprovação de renda.

A Política de Estado dos Governos Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso (FHC), esteve alinhado à política externa, na qual o Fundo Monetário Internacional (FMI), juntamente com outros organismos internacionais, influíram num processo de desmonte do Estado e de privatização das empresas nacionais, iniciado no Governo Collor

que se aprofundou no Governo Fernando Henrique Cardoso, processo esse que constitui elemento fundamental da política neoliberal¹ que se instaura no país.

Assim, aquilo que vinha como conquistas dos trabalhadores no período da luta contra a ditadura militar e no processo de construção da nova Constituição Brasileira de 1988, com a ampliação dos direitos como a saúde, assistência social e a seguridade social, onde se fortalecia os setores públicos e, concomitantemente a abertura aos movimentos sociais e partidos políticos na ampliação da participação social nos rumos do país, toma um rumo diferente e até contrário.

Novamente um processo mais democrático e de ampliação dos direitos sociais é barrado, agora pela política implementada nos governos democráticos de Collor e FHC, através de um processo de privatização das empresas públicas, do qual setores importantes foram passados para empresas internacionais, um dos exemplos foi à venda da Vale do Rio Doce, construção ampliada de pedágios em todo o Brasil, a precarização e mercantilização das áreas de serviços de saúde, educação e prestação de outros serviços.

As mobilizações e lutas sociais neste período tiveram grande contribuição na elaboração das políticas públicas, mas não teve grande materialidade na implementação dessas mesmas políticas, que esbarraram em todo tipo de limitação, principalmente na ordem do financiamento. Também a moradia de interesses social foi gravemente limitada, as formas de acesso ao direito constitucional à cidade não se concretizaram, ficando mais uma vez a função social da propriedade submetida aos interesses do mercado.

Mesmo que se tenha avançado no reconhecimento da necessidade de regularização fundiária e da ampliação da participação e de uma visão mais integrada da questão da habitação, na resolutividade prática da política de habitação, não houve grandes avanços como aponta Motta;

¹ O Neoliberalismo impôs suas políticas de; a) abertura do mercado, assegurando mobilidade irrestrita ao capital e mercadorias estrangeiras; b) corte nos gastos sociais; c) privatização e desnacionalização de setores estratégicos para o desenvolvimento econômico do país; d) facilidades para o capital internacional se apoderar das riquezas naturais – minérios, energia, biodiversidade e agricultura; e) ofensivas sobre a legislação social e trabalhista, provocando derrotas e retrocessos à classe trabalhadora. (Secretaria Nacional do MST, 2014, p. 28).

“O período FHC (1995-2002) avançou no reconhecimento da necessidade de regularização fundiária, da ampliação da participação e de uma visão integrada da questão habitacional. Porém, essa concepção não foi colocada em prática devido à orientação neoliberal do governo e às restrições impostas pelos bancos internacionais, como o FMI (DENALDI, 2003; AZEVEDO, 1996). No início dos anos 2000, foi aprovada a Lei Federal 10.257, conhecida como Estatuto das Cidades, que, em linhas gerais, tem como objetivo fornecer suporte jurídico mais consistente às estratégias e processos de planejamento urbano (FERNANDES, 2008), garantindo a função social da propriedade, o planejamento participativo nas políticas urbanas e o acesso universal à cidade (MORAES & DAYRELL, 2008). Destaca-se que essa lei propõe “que a descentralização e a democratização caminhem juntas para garantir a plena legitimidade social dos processos de planejamento urbano [...] e gestão de cidades.” (FERNANDES, 2008, p. 44). Sobre a questão da habitação, o Estatuto reforçou instrumentos para garantia da função social da propriedade e da regularização fundiária, tais como imposto sobre propriedade imobiliária urbana progressivo, desapropriação com títulos da dívida pública, usucapião urbano, concessão especial para fins de moradia, demarcação de zonas especiais de interesse social etc.” (Motta, 2014, p. 08).

Na campanha eleitoral de 2002, os movimentos sociais, sindicatos, partidos políticos e grupos mais progressistas da sociedade viram na candidatura de Luis Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT) uma possível resposta às demandas tão largamente esperadas tanto da cidade como no meio rural. Alinhado às demandas populares, o partido dos trabalhadores tinha na figura de Lula, a esperança, que em um de seus discursos chegou a dizer que “realizaria a Reforma Agrária com um canetaço”, Reforma Agrária essa que não chegou até os dias atuais, e, contrariamente ao esperado, em seu governo seguiram o processo de reforma agrária que vinha se arrastando nos governos anteriores, com um caráter muito mais de amenizar os conflitos agrários do que para dar respostas às questões relevantes de uma sociedade tão desigual.

Seguiram-se nas cidades os problemas estruturais, como ocupações de áreas informais e a autoconstrução das moradias sem uma política que realmente estivesse voltada para a população mais necessitada, onde muitas vezes, da noite para o dia surgiam comunidades inteiras de pessoas buscando um lugar para fixar uma moradia e projetar um futuro, mesmo em condições de absoluta precariedade urbana. Muitas das vezes estes sonhos foram ceifados

pelos despejos violentos organizados pelos órgãos públicos no intuito de garantir o direito à propriedade privada, sem dar nenhuma solução para os cidadãos que deveriam ter seu direito à moradia assegurado.

No início do governo Lula, aumentaram as ocupações de terras no campo, formando assim inúmeros acampamentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra por todo o território brasileiro, bem como na cidade, inúmeras ocupações de prédios e moradias abandonados, seja em áreas públicas ou privadas.

As reformas Urbanas e Rurais não saíram do discurso do então presidente, bem pelo contrário, pouco se fez para assentar famílias no campo e na cidade. O que se viu foi à ampliação de políticas compensatórias, chamadas de “redistribuição de renda”, uma das principais delas a “bolsa família”, que buscou tirar milhões de pessoas da situação de miséria através de um repasse monetário sujeito a algumas condicionalidades. Em uma sociedade tão desigual como a que vivemos, na qual ainda a população é ameaçada por questões como a seca, onde se morre de fome e sede, as políticas de redistribuição de renda como a bolsa família foram bem aceitas pela população.

No governo Lula, a política esteve voltada para o cidadão consumidor, a ideia de tornar o cidadão um consumidor através de políticas de transferência de renda, do qual o cidadão se insere no mercado consumidor e assim muda seu status, saindo da condição de miséria ou pobreza. Assim também foi em relação à política de créditos para o consumo, nunca antes o brasileiro pode consumir tantos produtos através do financiamento em lojas ou até mesmo bancos e concessionárias.

Em relação à habitação, no início do governo Lula, não se criaram novos programas, sua estratégia foi dar andamento nos já existentes como nos mostra Filho em uma passagem de seu texto;

“No Governo do Presidente Luis Inácio Lula da Silva não se viu grandes inovações na política habitacional. Em vez de criar (ou rebatizar) programas, optou pela estratégia de dar andamento àquelas que já eram operados no governo anterior, na antiga secretaria especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República (Sedu/PR). Assim, buscou recuperar obras paradas (1.600 obras datadas de 2001 a 2002 que estavam paralisadas) e ampliou os recursos do orçamento da União para urbanização de favelas, no Programa Habitar/Brasil/BID (HBB), e para os

investimentos do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH).” (Filho, 2006, p. 93 e 94).

Por outro lado, com o governo Lula, ocorreu um importante processo de mobilização da sociedade civil, processo este iniciado nos municípios, envolvendo 3.457, do qual foram tirados delegados representantes da sociedade civil e setores públicos, para discutir as estratégias e diretrizes da política de habitação. Assim aconteceram conferências municipais, estaduais e a conferência nacional, que ocorreu em outubro de 2003. Em sequência, foram acontecendo novas conferências, envolvendo movimentos sociais, universidades, associações, entre outros seguimentos da sociedade civil.

No ano de 2004 foi criado o Ministério das Cidades e a Secretaria de Habitação, que contou com o envolvimento de um grupo importante de ativistas, estes envolvidos na luta pelo direito à moradia e à cidade, estando envolvidos na criação do ministério e dos programas de habitação e acesso à cidade, porém com a entrega da pasta a outros partidos políticos o rumo da política urbana e habitacional mudou, e os profissionais compromissados com a reforma urbana também abandonaram a pasta.

Vale ressaltar os avanços que houve com a implantação do Ministério das Cidades, no que diz respeito à ampliação da participação dos movimentos sociais e segmentos da sociedade civil, como na intervenção da política de habitação naquelas faixas da população com uma menor renda orçamentária, como nos mostra Nabil Bonduki;

“(...) desde 2004 vem ocorrendo uma substancial elevação dos recursos destinados à produção habitacional de baixa renda. O orçamento do FGTS cresce constantemente (atingiu sete bilhões de reais em 2007), assim como os recursos de origem orçamentária que, com a criação do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (2006), vem superando um bilhão de reais por ano. Mas no que se refere ao Subsistema de Interesse Social, o grande salto ocorreu com a Resolução 460 do Conselho Curador do FGTS, que tornou possível uma massiva aplicação de recursos deste, que é o principal fundo para investimento habitacional, em subsídios habitacionais, cujo montante atingiu, em 2006 e 2007, 1,8 bilhões de reais anuais. Com este subsídio e com outras alterações nos programas existentes, foi possível ampliar o atendimento na faixa de renda mais baixa, onde o deficit se concentra.” (Bonduki, 2015, p. 100).

A política de habitação teve grandes influências do momento econômico vivenciado na conjuntura mundial e no cenário interno brasileiro, em momentos de crescimento econômico pode-se notar uma maior ampliação da ação dos programas de habitação e em momentos de crise econômica uma redução da ação desta política.

O que ocorreu também foi um avanço na especulação imobiliária, gerada pelo mercado, na busca do lucro das empresas privadas que atuam nesta área, não somente as empresas de construção civil, como também os agentes financiadores. A forma pela qual a população encontrou para adquirir sua habitação é principalmente através das agências financiadoras, ou seja, os bancos, que buscaram atender os segmentos em especial com uma renda acima de três salários mínimos, para aqueles com menos de três salários mínimos foram praticamente atendidos pela assistência social, via as prefeituras municipais, por meio de cadastros, atestando sua condição de baixa renda.

Segundo Antonio Triana Filho;

“(...) o governo Lula adotou a estratégia de expandir a política de crédito para financiamento habitacional, buscando ampliar o montante de recursos do FGTS para o financiamento de moradias populares e, ao mesmo tempo, incentivando os bancos privados a operar financiamentos imobiliários para a chamada classe média, com recursos próprios e captados em cadernetas de poupança. A oferta de créditos para o financiamento de habitação popular com recursos do FGTS praticamente dobrou na segunda metade do mandato.” (Filho, 2006, p. 94).

Mais tarde com a grande demanda por moradia, a retomada de ocupações nas cidades, com intuito de atender as demandas sociais, pressionando para que se faça valer a função social da terra e da moradia, muitas famílias passam a ocupar terrenos baldios ou prédios. Crescendo a luta por moradia e constituindo movimentos sociais ligados a esta finalidade que foram tomando grande proporção, principalmente nas grandes cidades, onde se vive um grande boom especulativo em torno da moradia.

Para atender a demanda dos movimentos de luta por moradia, mas em torno de um projeto desenvolvimentista, no intuito de criar empregos e retomar o crescimento do setor da construção civil, cria-se no governo Lula o Programa Minha Casa Minha Vida, uma das principais políticas do governo, que segundo Motta;

“No governo Lula (2003-2010), a principal política para a habitação foi o Programa Minha Casa Minha Vida, do Ministério das Cidades, lançado em abril de 2009 com a meta de construir um milhão de moradias, totalizando R\$ 34 bilhões de subsídios para atender famílias com renda entre 0 a 10 salários mínimos. Além de seu objetivo social, o Programa, ao estimular a criação de empregos e de investimentos no setor da construção, também foi uma reação do governo Lula à crise econômica mundial do fim de 2008. Assim como nos outros grandes programas federais para produção de moradia (a FCP e o BNH), a iniciativa privada é protagonista na provisão de habitações também no Programa Minha Casa Minha Vida, pois 97% do subsídio público são destinados à oferta e produção direta por construtoras privadas e apenas 3% a cooperativas e movimentos sociais.” (Fix e Arantes 2009, apud Motta, 2014, pg. 08).

A parte que cabe ao governo desembolsar para a realização e implementação desta política fica em torno de 25%, os outros 75% ficam na responsabilidade dos trabalhadores, do qual serão utilizados 7,5 bilhões do FGTS, sendo assim, o Estado torna-se um agente que vai mediar à relação de compra e venda dos imóveis junto ao cidadão (consumidor) e a empresa privada que vai ser a entidade organizadora e o agente financeiro (bancos). Neste processo de desenvolvimento, quem paga este projeto é o próprio trabalhador, e nem sempre sai ganhando, pois o valor do imóvel torna-se algo a ser pago ao longo da vida daquele que busca o programa para poder ter garantido o seu direito a moradia.

O principal programa desenvolvido e motor do desenvolvimento habitacional o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), foi e é um dos principais programas do governo dos trabalhadores, como podemos ver no Programa Nacional de Capacitação das Cidades;

“As condições de financiamento para as faixas de renda entre três e seis salários mínimos serão diferentes, subsidiadas por R\$ 2,5 bilhões do Governo Federal e R\$ 7,5 bilhões do FGTS. O valor da prestação não poderá superar 20% da renda do beneficiário e o valor do subsídio individual variará de acordo com a localização do imóvel e com a renda. Além disso, o Governo Federal vai aportar recursos para um Fundo Garantidor que concederá garantia para até seiscentos mil financiamentos imobiliários contratados exclusivamente no âmbito do PMCMV, o que permitirá que o mutuário refinance parte das suas prestações em caso de perda de renda. O valor do

seguro contra morte, invalidez do beneficiário e danos físicos ao imóvel também será subsidiado com recursos federais.” (Ministério das Cidades, 2009, p. 69).

A preocupação dos governos sempre esteve voltada às cidades, onde a expressão do êxodo rural e a concentração de pessoas em condições precárias, sem saneamento adequado, nem outros serviços urbanos, tornaram-se preocupante para as classes dominantes. Implicando assim questões econômicas, estéticas ou de pressão popular na luta por moradia, como sendo um direito fundamental a todo cidadão como consta na constituição brasileira de 1988.

“Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. *(Artigo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 26, de 2000) e (Artigo com nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 64, de 2010).*”

Assim como na cidade, os movimentos sociais do campo organizados na luta pela terra, e não só pela Terra, como também por crédito rural, saúde, escolarização, assistência técnica, entre outras demandas, também vê na Habitação um direito fundamental tanto para o desenvolvimento das famílias, como para que as famílias se fixem no campo.

No governo Lula não houve avanço em relação ao processo de assentamento para as famílias acampadas, por outro lado avançou-se em políticas/programas, como o Luz para todos, o acesso a água potável, política de transferência de renda (bolsa família), que em grande parte, o público alvo encontra-se no campo. E, neste sentido de trazer condições mínimas para a produção e reprodução da vida no campo, o Programa de Habitação Rural (PHR), como um braço do PMCMV, vai buscar atender a população do campo, em específico para aqueles assentados pelo Programa Nacional da Reforma Agrária (PNRA), se constituindo da seguinte forma;

“Os agricultores familiares assentados pelo PNRA serão admitidos como beneficiários do PNHR nos três grupos de renda comprovados pela Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP ou pela Relação de Beneficiários – RB fornecida pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, conforme previsto na Portaria Interministerial nº 78 de 8 de fevereiro de 2013 e demais normativos do PNHR.” (Ministério das Cidades, Brasília, 2013, p. 01).

Com este programa, as famílias assentadas pelo projeto de reforma agrária existente no Brasil buscam condições de acesso à moradia.

Assim, iremos tratar no próximo capítulo, de alguns principais momentos da luta pela terra e seus sujeitos, desde a colonização brasileira até o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, como um dos principais movimentos sociais de luta pela terra no Brasil, e o processo de formação do cooperativismo constituída pelo mesmo.

Capítulo 2 - As Lutas Pela Terra no Brasil, a Formação do Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra e o desenvolvimento do Cooperativismo no MST.

2.1 Insurgências rurais contra a dominação e a escravidão estrangeiras

A luta pela terra no Brasil tem seus registros já no período da colonização portuguesa, neste momento da conjuntura mundial em que o capitalismo avança sobre o mundo e passa a explorar os países chamados de “novo mundo”.

Ao invadir o território que mais tarde passará a se chamar Brasil, a coroa portuguesa passa a implementar seus interesses políticos, econômicos, dominando os povos que aqui já habitavam, muitos destes sendo exterminados e escravizados, outros povos sendo trazidos do continente africano para também serem escravizados servindo de mão de obra na exploração da riqueza nestas terras.

A colonização portuguesa culminou na morte e escravidão de milhões de índios que habitavam o território brasileiro, em sua maioria os nativos viviam como nômades, também existiam aqueles que já cultivavam alguns produtos como a mandioca, batata, e haviam domesticado alguns animais. Imagina-se que neste período existiam em torno de cinco milhões de habitantes. A terra enquanto meio de prover suas necessidades era de todos, fazia-se o uso coletivo das terras, tirando dela o sustento.

Mas esta realidade muda com o processo de produção implementado pelos colonizadores, modelo chamado *plantation*, caracterizado por fazendas com grandes extensões de terra voltadas para a produção de monocultivo, para exportação e com mão de obra escrava. Assim extraíam-se grandes riquezas geradas através do uso de mão de obra escrava, trazida através de navios de outros continentes.

Segundo João Pedro Stedille (2005), houve grandes discussões e debates em torno do modelo de produção adotado no Brasil, que segundo ele;

“Já há consenso de que o modelo adotado para organizar as unidades de produção agrícola foi o da *plantation*, uma palavra de origem inglesa, utilizada por sociólogos e historiadores para resumir o funcionamento do modelo empregado nas colônias. Jacob Gorender tentou aporuguesar a expressão, traduzindo-a para “*plantagem*”. Mas a tradução não se firmou e, na prática a maioria dos estudiosos segue utilizando a expressão original do Inglês. O que caracteriza a *plantation*? É a forma de organizar a produção agrícola em grandes fazendas de área contínua, praticando a monocultura, ou seja, especializando-se num único produto, destinando-o à exportação, seja ele a cana-de-açúcar, o cacau, gado etc., e utilizando mão-de-obra escrava. Produzindo apenas para o mercado externo, sua localização deveria estar próxima dos portos, para diminuir custos com transporte. Essas unidades de produção adotavam modernas técnicas, ou seja, apesar de utilizarem de mão-de-obra de trabalho escrava, do ponto de vista dos meios de produção, das técnicas de produção, os europeus adotaram o que havia de mais avançado. Havia também, nessas unidades, a produção de bens para subsistência dos trabalhadores escravizados, visando reduzir custo de reprodução, assim como oficinas para a fabricação e reparo de instrumentos de trabalho.” (Stedille, 2005, p. 21).

Neste primeiro momento a questão da terra não estava posta, as lutas existentes caracterizavam-se por revoltas realizadas pelos negros e índios contra os trabalhos escravos, muitas das vezes consistiam na fuga destes e organização de quilombos, onde formavam suas resistências para evitar serem capturados pelos capitães do mato, “mestiços livres”, que para manter sua liberdade, aliavam-se ao fazendeiro. Muitos índios acabaram por se suicidar, devido à privação de sua liberdade.

As terras no Brasil não foram comercializadas neste período, elas foram apropriadas pela coroa portuguesa que sedia as terras para que fosse feito o seu uso, através do plantio de

determinadas produções que eram de interesse de Portugal, que Stedile descreve da seguinte forma;

“Porém, para implantar o modelo agroexportador e estimular capitalistas a investirem seu capital na produção das mercadorias necessárias para a exportação, a Coroa optou pela “concessão de uso” com direito a herança. Então utilizando diversos critérios políticos e sociológicos, a Coroa entrega, a capitalistas-colonizadores que dispunham de capital, enormes extensões de terra - que eram medidas em léguas, em geral determinadas por grande acidentes geográficos.” (Stedile, 2005, p. 21 e 22).

Durante este período em que o Brasil organizou sua produção no modelo da *Plantation*, ocorreram várias insurreições, revoltas, organizadas por negros e índios escravizados, que contaram com o apoio de liberais com ideias mais progressistas, que viam naquele modelo um empecilho ao desenvolvimento econômico e social no Brasil.

Entre as principais insurreições que houve está a Cabanagem, que ocorreu em 1835, na região do Estado do Pará, esta foi a mais notável e violenta entre os movimentos populares da história brasileira.

A revolta ocorreu na capital Belém, organizada por negros e índios, ambos descontentes com sua situação de pobreza e miséria, revoltando-se contra o governo regional. No início, ganharam o apoio dos proprietários de terras e comerciantes, que estavam descontentes com o governo devido à cobrança de altas taxas de impostos, apoiando a revolta que tomou o palácio do governo local, tornando o Pará independente.

“Os cabanos formaram assim um novo governo, de caráter mais radical e popular. Um de seus primeiros atos foi expropriar armazéns e depósitos de alimentos para distribuí-los entre os pobres.” (Morissawa, 2008, p. 67).

Entre 1836 e 1840, numa fase sangrenta da história do Brasil, as forças militares exterminaram aproximadamente 30.000 cabanos, o que corresponde a 30% da população do Estado do Pará da época, destituindo assim o governo dos rebeldes.

Outro período marcante foi entre os anos de 1838 a 1841, havendo no Maranhão uma revolta que ficou conhecida como “Balaiada”, ocorrendo no meio rural, sendo integrada por negros (escravos) e sertanejos pobres (homens livres, usualmente vaqueiros). O nome “Balaiada” é porque um dos seus principais líderes Manuel Francisco dos Anjos Ferreira, era fabricante de “balaio”, conhecido como balaio, foi um dos líderes da luta contra a opressão

imposta pelo sistema do coronelismo que caracterizava os sertões e dominava toda a região, tanto politicamente como economicamente, muitas das vezes se utilizando da força para isto. Estas revoltas ameaçavam as elites locais e estes quando se sentiam ameaçados buscavam as forças do exército para reprimir os revoltosos, assim eram derrotadas as revoltas da época.

A região sul do país também teve lutas ligadas ao meio rural, com uma população em sua maioria de imigrantes vinda da Europa e fugindo da pobreza, foram para o sul do país desmembrar terras para viver com suas famílias e desenvolver experiências ligadas à agricultura que já traziam enraizados dos locais onde moravam em seus países de origem.

Ocorrido na Província de São Pedro, atual Estado do Rio Grande do Sul, entre o período de 1835 e 1845 a Guerra dos Farrapos ou Revolução Farroupilha, como ficou conhecida. Aliado aos imigrantes que ali viviam, estavam negros escravos da região que também aderiram à luta com a promessa de liberdade e terra após a derrota do império.

Um exército de 5.000 homens derrubou o governo da então província do Sul, organizados em campanha de guerrilhas, os gaúchos varreram as tropas imperiais dos pampas. O Fim desta revolta se deu através de um acordo de paz entre os rebeldes e Império.

De acordo com alguns historiadores como; Mário Maestri, Raul Carrion e Claudio Moreira Bento, os negros formavam dois fortes grupos de guerra, contando com um efetivo de 600 homens, estes dois grupos eram conhecidos como os lanceiros negros, suas glórias percorriam o território brasileiro, e sentindo-se ameaçados, pelo medo destes virem a ser libertos, foi realizado um acordo com o império, conhecido como acordo do ponche verde, em que foram desarmados em uma madrugada por ordem de Canabarro. Assim os lanceiros negros foram emboscados e levados à morte.

Neste período de revoltas as terras se mantiveram públicas em todo o território brasileiro. Com as pressões pelo fim do tráfico negreiro os fazendeiros e seus representantes no poder começaram a pressionar por uma lei que legitimasse a propriedade definitiva da terra para os senhores, adiantando-se à abolição da escravidão e impedindo que os escravos libertos pudessem permanecer nas terras.

Inicia-se assim, com a Lei nº 610 de 1850, a chamada Lei de Terras, o negócio fundiário, passando a terra a ser tratada como uma mercadoria qualquer. Neste sentido impediu-se que uma imensa massa de despossuídos passasse a donos das terras onde

moravam, negando assim o direito de produzir seu próprio sustento, assim foram obrigados a vender sua força de trabalho nas fazendas, ou deslocar-se-iam para cidades, onde procurariam alguma forma de sobrevivência.

O fundamento da exploração agora passa a ser outro, também colocam em confronto duas novas classes sociais, que vão configurar as lutas até nossos dias, como define José de Souza Martins (1983);

“Antes, o fundamento da dominação e da exploração era o escravo; agora passa a ser a terra. É a terra, a disputa pela terra, que trazem para o confronto direto camponeses e fazendeiros. A mediação do escravismo disfarçara anteriormente esse confronto, fizera do mestiço livre um aliado da escravidão, um excluído da escravidão, um liberto. O fim do trabalho escravo, a revelação de um novo instrumento de dominação, revelou também a contradição que separava os exploradores dos explorados. Sendo a terra a mediação desse antagonismo, em torno dela passa a girar o confronto e o conflito de fazendeiros e camponeses.” (Martins, 1983, p. 63).

A partir de 1889, quando se inicia o primeiro período republicano que vai de 1889 a 1930, são registrados vários movimentos rurais na conjuntura brasileira, em sua maioria, são levados por um messianismo, que também se configurou no banditismo e no cangaço.

Um destes movimentos messiânicos mais conhecidos foi Canudos (1896 – 1897), sendo este uma resistência ao coronelismo e às mudanças em curso na sociedade brasileira da época. O povo sertanejo através da figura de Antônio Conselheiro organizou-se entre montanhas nas regiões da Bahia, lutando contra a opressão, contra a miséria, o abandono e contra a intolerância.

Neste processo de mudanças estruturais e políticas, o desenvolvimento do interior brasileiro exige a construção de áreas viárias para o escoamento da produção, assim uma empresa Norte Americana, responsável pela construção de uma ferrovia que cruzaria os estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, passa a construir esta rede ferroviária.

Esta construção da ferrovia se realizou pela expropriação das terras ocupadas pelos colonos que viviam da produção agrícola onde a estrada de ferro passaria. Assim a resistência dos colonos principalmente organizada na região de Santa Catarina, ganha grande força popular, organizando assim uma revolta, que ficou conhecida como a Guerra do Contestado,

“A maior guerra popular da história contemporânea do Brasil foi a Guerra do Contestado, uma Guerra camponesa no sul do país, nas regiões do Paraná e Santa Catarina, de 1912 a 1916. Abrangeu 20 mil rebeldes, envolveu metade dos efetivos do Exército brasileiro em 1914, mais uma tropa de mil “vaqueiros”, combatentes irregulares. Deixou um saldo de pelo menos três mil mortos. Pouco antes, em 1896-1897, a Guerra de Canudos, nos sertões da Bahia, que durou cerca de um ano, também envolvia metade do Exército e milhares de camponeses, tivera uns cinco mil mortos entre estes, impondo severas derrotas às forças militares.” (Martins, 1983, p. 26).

As mudanças na agricultura também tiveram influências externas, pois o modelo da agricultura brasileira baseado na modalidade do *plantation* sofre uma crise, que se agrava com a segunda Guerra Mundial, impedindo assim manter o modelo de exportação, já que as fronteiras estavam fechadas com a Guerra.

Em 1930, setores das elites nascentes da burguesia industrial dão um golpe, que ficou conhecido como a “revolução” da década de trinta, tendo como uma de suas figuras centrais o gaúcho Getúlio Vargas. Esta revolução, realizada sem a grande massa do povo brasileiro, tem o caráter de uma revolução por cima, feita pelas elites, também proporcionou mudanças no modelo econômico brasileiro, que nas palavras de Stedile (2005);

“Surgiu, então, o modelo de industrialização dependente, na conceituação dada por Florestan Fernandes, conceito esse derivado do fato de a industrialização ser realizada sem rompimento com a dependência econômica aos países centrais, desenvolvidos, e sem rompimento com a oligarquia rural, origem das novas elites dominantes. Alguns estudiosos chamaram este período de projeto nacional desenvolvimentista; outros, de Era Vargas, pois o projeto político foi coordenado pela liderança política de Getúlio Vargas, que governou o país de 1930 a 1945.” (Stedile, 2005, p. 28).

Com a mudança no modelo econômico e político, o Brasil passa por uma reconfiguração em suas relações de poder, se por um lado surge uma elite industrial que passa a dominar economicamente e assim também politicamente, ditando o rumo que o país deve tomar neste momento, porém, não muda sua relação de dependência externa.

Neste momento não se mudam as estruturas agrárias, mantendo a mesma elite agrária dominante no campo, bem como o latifúndio e o monocultivo como forma hegemônica de dominação no campo brasileiro, o que muda neste período é a subordinação econômica e

política da agricultura à indústria, momento em que o capital industrial passa a submeter à produção agrícola aos seus interesses.

A burguesia industrial tomou o poder das oligarquias rurais, mas as manteve como classe dominante rural, determinado pelos interesses de classe e pela dependência aos países Europeus e aos Estados Unidos. Stedile aponta que este interesse teria duas razões fundamentais, seriam eles;

“(...) primeiro, porque a burguesia industrial brasileira tem origem na oligarquia rural, da acumulação das exportações do café e do açúcar, ao contrário dos processos históricos ocorridos na formação do capitalismo na Europa e nos Estados Unidos. A segunda razão: o modelo industrial, como era dependente, precisa importar máquinas, e até operários, da Europa e dos Estados Unidos. E a importação dessas máquinas só era possível pela continuidade das exportações agrícolas, que geravam divisas para seu pagamento, fechando o ciclo da lógica da necessidade do capitalismo dependente.” (Stedile, 2005, p. 28 e 29).

O período que se segue, no Brasil, é do crescimento da economia com o processo de industrialização, subordinando o campo a este desenvolvimento. Com essa subordinação, o campo brasileiro tem o papel de produzir alimentos com baixos preços, para que os salários dos trabalhadores da cidade também não se elevassem, assim proporcionando um baixo custo na reprodução da força de trabalho industrial.

Surge também neste período uma nova burguesia agrícola, que busca modernizar suas formas de produção, passa a utilizar-se de maquinários que ajudam a intensificar a produção, aumentando assim a produtividade. Essa modernização não mexe na estrutura do latifúndio, muito pelo contrário, nascem novos grandes produtores, com grandes extensões de terra que buscam desenvolver um mercado interno e um mercado de exportação.

Assim, novas culturas produtivas vão se desenvolvendo por todo o território brasileiro, com uma política de Estado que visa a interiorização da produção, com o ideário de um desenvolvimento agrícola para aquelas áreas com matas nativas, que geralmente o “colono” imigrante europeu, ia para estes locais, derrubava as matas e transformava em local para plantio ou produção de gado.

Vale lembrar que também teve função importante o índio, que servia de mão de obra barata e conhecia bem a região, principalmente em algumas regiões como a de matas do Rio Grande do Sul, principalmente no desenvolvimento do cultivo da erva mate.

Além deste processo de modernização das grandes fazendas, também o camponês é submetido à lógica de mercado, através do qual o processo de industrialização foi sujeitando o meio rural brasileiro.

Stedille refere-se a este momento da seguinte forma;

“Nasce com o cultivo do trigo, no sul, e com a cana, o café, o algodão e outros produtos, também para o mercado interno. Foi um processo de modernização capitalista da grande propriedade rural e, em relação ao surgimento dos camponeses, é o período histórico em que eles são induzidos a se vincularem totalmente às regras do mercado e a se integrarem à indústria.” (Stedille, 2005, p. 29).

No final da década de 1950 e início dos anos 1960, surgem² as Ligas Camponesas, Inicialmente localizadas na região da mata Nordestina. Estes trabalhadores eram caracterizados por foreiros, meeiros, posseiros, e pequenos proprietários de terras, que se vêm ameaçados pela perda de suas terras, ou trabalhadores rurais que se organizam para reivindicar melhores salários dos seus patrões.

Suas formas de lutas eram variadas, uma delas foi à organização em associações, bem como a realização de congressos que tinham uma participação massiva. Em 1958, seu primeiro congresso contou com a participação de lavradores, pescadores e trabalhadores agrícolas, contando com a presença de 3.000 trabalhadores, período este em que foi pautada a reforma agrária e mais tarde, conquistam a primeira terra de usineiros que foi desapropriada, assim foi se constituindo a luta das Ligas Camponesas.

Com a ampliação da luta pela terra em todo o país, as Ligas Camponesas vão tomando uma proporção maior e passam a estar organizadas em treze estados brasileiros, colocando em pauta os interesses dos camponeses e cobrando do Estado uma política de reforma agrária.

² Nos referimos ao momento histórico de rearticulação das ligas camponesas, embora este movimento tenha seu início nas décadas de 30 e 40 segundo alguns autores como por exemplo; Tiago Moreira de Melo e Silva (São Paulo, 2009).

Os movimentos camponeses e principalmente suas lideranças, passam a ser perseguidos com o golpe militar de 1964, passando a ser tratados como ameaças comunistas, assim várias lideranças foram mortas, acabando com as ligas camponesas. A repressão do Estado autoritário tratou com muita violência o campesinato brasileiro, acabando com suas formas de luta e assegurando os interesses dos grandes latifundiários.

Não é por acaso que as palavras campesinato e latifúndio têm data resente no vocabulário brasileiro, no que se referem estas palavras, expressão uma contradição existente no campo brasileiro, a contradição está posta quando a terra passa a ser uma mercadoria e os trabalhadores agora “livres” para venderem sua força de trabalho, desprovidos dos meios de produção. Além da questão econômica, ela expressa relações políticas, de classes antagônicas, onde o interesse de um é o oposto da outra, gerando assim grandes tensões no campo brasileiro.

Segundo José de Souza Martins;

“Essas novas palavras - camponês e latifúndio – são palavras políticas, que procuram expressar a unidade das respectivas situações de classe e, sobretudo, que procuram dar unidade às lutas dos camponeses. Não são, portanto, meras palavras. Estão enraizadas numa concepção da História, das lutas políticas e dos confrontos entre as classes sociais. Nesse plano, a palavra camponês não designa apenas o seu novo nome, mas também o seu lugar social, não apenas no espaço geográfico, no campo em contraposição povoação ou à cidade, mas na estrutura da sociedade; por isso, não apenas um novo nome, mas pretende ser também a designação de um histórico.” (Martins, 1983, p. 23 e 24).

Neste contexto da luta dos trabalhadores tanto no campo como na cidade, o Estado brasileiro ao mesmo tempo em que retira os direitos civis, ele expande os direitos sociais, retira os direitos civis incriminando aqueles que buscavam lutar contra o Estado Autoritário Burguês, e expande os direitos sociais buscando legitimidade junto à sociedade brasileira.

Assim para conter as lutas do campo, onde existem muitos conflitos na luta pela terra, o governo passa a realizar uma reforma agrária localizada, no intuito de conter o avanço destas lutas e de legitimar o papel do Estado junto à população. Neste período é criado o Estatuto da Terra (ET), que ao mesmo tempo em que realiza uma democratização da terra localizada, impede a sua expansão.

“(…) Através do Estatuto da Terra, de fins de 1964, abre caminho para que o governo federal enquadre e administre institucionalmente as reivindicações e os surtos de inquietação camponesa: o Estatuto abre a possibilidade da Reforma Agrária localizada e restrita nas áreas de tensão social grave, ao mesmo tempo em que descarta a possibilidade de uma reforma agrária de âmbito nacional.” (Martins, 1983, p. 31).

Carlos Minc, em um dos seus textos que trata da questão agrária no Brasil, trata também do Estatuto da Terra, e chama atenção para o surgimento do Estatuto da Terra e do BNH (Banco Nacional de Habitação), como sendo uma resposta às massas para conter seus anseios, ilustrado em um comunicado da primeira presidente do BNH, Sandra Cavalcanti, se dirigindo ao então Presidente do país Castelo Branco para justificar a criação dessa instituição;

“A Revolução vai necessitar de agir vigorosamente junto às massas. Elas estão órfãs e magoadas, de modo que vamos ter de nos esforçar para devolver a elas uma certa alegria. Penso que a solução dos problemas de moradia, pelo menos nos grandes centros, atuará de forma balsâmica sobre suas feridas.” (Sandra Cavalcanti, apud Minc, 1986, p. 20).

É neste mesmo período em que surgirá da junção de outras instituições, IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária) e Inda (Instituto de Desenvolvimento Agrícola), o INCRA (Instituto de Colonização e Reforma Agrária), que no ano de 1967 surge com o papel de abrir áreas pioneiras para a reforma agrária.

“À época da criação do Incra, mais do que reforma agrária, o governo incentivou a colonização da Amazônia. Levas de migrantes de vários estados do Brasil foram levados a ocupar as margens da estrada Transamazônica e empresas de variados ramos receberam incentivos fiscais para grandes projetos agropecuários. A experiência não foi bem sucedida.” (Histórico da Reforma Agrária, 2015).

2.2 O Processo de Surgimento do MST e a proposta da Reforma Agrária Popular

O MST nasceu de um conjunto de fatores presentes na realidade brasileira no final da década de 1970 e início da década de 1980, que segundo Stedille, são três os fatores importantes para o seu surgimento, sendo eles; fatores econômicos, ideológicos e políticos, que buscaremos apontá-los no desenvolver do texto.

Com o golpe Militar, no campo brasileiro, consolidou-se um pacto entre a burguesia industrial e as oligarquias rurais, assim buscou-se modernizar a agricultura sem mexer naquilo que é de mais atrasado no meio rural, sua estrutura fundiária, formada por grandes latifúndios, geradores da exclusão social, impedindo sua democratização e da violência contra os trabalhadores rurais.

As transformações ocorridas na agricultura brasileira sofrida na década de 1970, com a introdução da mecanização no campo, onde anteriormente o processo produtivo era desenvolvido por grande número de trabalhadores braçais, passa agora a ocupar seu espaço pela produção mecanizada possibilitando a redução do número de trabalhadores.

Segundo João Pedro Stedille;

“No sul do país, considerado o berço do MST, o fenômeno da introdução da soja agilizou a mecanização da agricultura, seja no Rio Grande do Sul, com a lavoura casada com o trigo, que já tinha uma certa tradição, seja no Paraná, como uma alternativa ao café. A mecanização da lavoura e a introdução digamos, de uma agricultura com características mais capitalistas expulsaram do campo, de uma maneira muito rápida, grandes contingentes populacionais naquela década. Eram famílias que viviam como arrendatários, parceiros ou filhos de agricultores que recebiam um lote desmembrado da já pequena propriedade agrícola de seus pais.” (Stedile e Fernandes, 2012, p. 17 e 18).

Este seria o fator socioeconômico, que faz parte do surgimento do MST, do qual surge a sua base social, caracterizado por trabalhadores rurais arrendatários, parceiros e filhos de agricultores que querem permanecer no campo e não ir para as cidades ou não aceitam participar da colonização na região nordeste, preferindo permanecer na região onde vivem.

O interesse do governo em fazer uma política de reforma agrária feita nos fundões do Brasil, principalmente na Amazônia, não deu muito certo, aqueles trabalhadores rurais que saíram do sul para estas regiões, reclamavam dizendo que a agricultura daquela região era diferente da do sul, e que o interesse do governo para aquela região era a pecuária, e o trabalhador do sul, estava acostumado a produzir grãos, como feijão, milho, arroz, entre outros produtos.

Com o aumento da miséria no campo, foi criada em 1975 a Comissão Pastoral da Terra (CPT), tendo um papel fundamental na organização das famílias. A Igreja Católica bem

como a Igreja Luterana desenvolveram um trabalho de base para esclarecer os trabalhadores rurais sobre seus direitos (com base no Estatuto da Terra) e também numa releitura da Bíblia a partir da ótica dos pobres.

Este seria o segundo fator segundo Stédille para o surgimento do MST, seria o fator ideológico, do qual a CPT teve um papel fundamental, inicialmente em 1975 na região de Goiás (GO), e em 1976 espalhando-se por todo o território brasileiro.

Segundo Stédille;

“A igreja parou de fazer um trabalho messiânico e de dizer para o camponês: “Espera que tu terás terra no céu”. Ao contrário, passou a dizer: “Tu precisas te organizar para lutar e resolver os teus problemas aqui na terra”. A CPT fez um trabalho muito importante de conscientização dos camponeses.” (Stedile e Fernandes, 2012, p. 22).

Além da organização das famílias, outros instrumentos importantes contribuíram e contribuem até hoje na forma com que o MST faz sua luta pela terra, estando presentes na mística, suas músicas, na sua autonomia enquanto um movimento social. Estes instrumentos vêm do processo realizado pela CPT junto aos agricultores, que buscam dar ânimo e esperança na luta pela terra.

Assim, outras expressões de luta, que fazem parte do MST hoje, vêm de outras organizações, como por exemplo, a marcha, outras organizações já faziam antes do MST, o movimento buscou aprender com aqueles que o antecederam naquilo que deu certo em outras organizações e aquilo que não deu certo.

Nesse contexto de retomada das lutas sócias pela redemocratização da sociedade brasileira, movimentos operários nas cidades passam a chamar a atenção e é um incentivo também para os camponeses fazerem a luta pela terra no campo. Em São Paulo as greves dos trabalhadores Metalúrgicos em 1978 arrancam dos patrões, em Diadema, significativas conquistas.

Nesta conjuntura de luta operária nas cidades os camponeses animam-se e passam a ocupar fazendas em diversas regiões do Brasil. Os Sem-Terra no Rio Grande do Sul ocupam a fazenda Macali, ocupação esta ocorrida no dia sete de setembro de 1979, enquanto os militares desfilavam pelas cidades para comemorar o dia da Pátria, os Sem-Terra faziam sua luta. Entre 1979 e 1982 houve ocupações de terra também em Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul e São Paulo.

Com a retomada da luta pela redemocratização do Brasil está posto o terceiro fator para o surgimento do MST, pois a luta pela terra no campo passa a ser a luta pela redemocratização do país, assim as ocupações de terras passam a ser apoiada pela sociedade civil que vivia nas cidades também, e assim a ocupação da fazenda Macali no Rio Grande do Sul é apoiada nesta conjuntura por grande parte da sociedade que quer ver mudanças sociais.

Segundo Stedille;

“O MST não surgiu só da vontade do camponês. Ele só pode se constituir como um movimento social importante porque coincidiu com um processo mais amplo de luta pela democratização do país. A luta pela reforma agrária somou-se ao ressurgimento das greves operárias, em 1978 e 1979, e à luta pela democratização da sociedade.” (Stedile e Fernandes, Ano 2012, p. 24).

Surgem também neste período através da organização dos trabalhadores, em março de 1980, a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) e em agosto de 1983, a fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT). É no bojo desse movimento de massa que é fundado o MST em janeiro de 1984, em Cascavel, Estado do Paraná, tendo como plataforma central: lutar pela terra, pela Reforma Agrária e por mudanças sociais.

Neste contexto o principal inimigo do MST era o latifúndio improdutivo, identificado como sendo o fazendeiro, a grande luta no período passava na identificação das terras improdutivas, realizando assim grandes ocupações de terras, que neste período havia grande adesão e apoio de um setor importante da sociedade brasileira.

O objetivo era repartir estas terras improdutivas e transformá-las em terras produtivas e o lema da luta pela terra era “Terra Para Quem Nela Trabalha”, aqui era uma luta para produzir, pautada no direito ao acesso ao meio de produção dos trabalhadores rurais que é a terra.

Em respostas à luta dos Sem Terra os segmentos conservadores aliados aos fazendeiros criam a União Democrática Ruralista (UDR), que passa a organizar seus representantes políticos dentro do congresso brasileiro, impedindo que se avançasse num projeto de reforma agrária para o Brasil.

Na década de 1990, início do governo Collor e implementação do projeto neoliberal, foi um período duro de repressão às lutas pela terra, neste período foram presas mais de 170 lideranças do MST, poucas foram às conquistas de terras. Houve, neste período, uma aliança

da direita (grandes latifundiários, governo Collor, judiciário e mídia), momento em que se organizou uma campanha acirrada para destruir os que lutavam e suas organizações, dentre as quais o MST.

No governo de Fernando Henrique Cardoso, eleito em 1995, aprofunda-se o modelo neoliberal, com privatizações, corte de direitos da classe trabalhadora, repressão violenta à greve dos petroleiros, políticas que reforçaram a hegemonia da burguesia financeira. No período, iniciado ainda no governo Collor, vai se efetivar no Brasil uma profunda reestruturação no mundo do trabalho atingindo de cheio a classe trabalhadora via flexibilização das relações entre o capital e trabalho no interior das relações trabalhistas reguladas pelo Estado.

O modelo neoliberal chegou também ao meio rural e teve resultados perversos tanto para aqueles que lutavam por sua terra, como para os camponeses que dispunham de seu pedaço de terra para manter a reprodução de sua vida, assim segundo Stedile;

“Primeiro, houve um processo de concentração da propriedade da terra ainda maior. As grandes propriedades, fazendas maiores de 2 mil hectares, que tinham um patrimônio de 120 milhões de hectares, passaram para 150 milhões de hectares. Na camada inferior dos camponeses, os pequenos proprietários, com menos 100 hectares, diminuíram seu número em 920 mil propriedades. Ou seja, desapareceu, nesse período, quase 1 milhão de pequenas propriedades, majoritariamente abaixo de 10 hectares. Cerca 2 milhões de trabalhadores assalariados perderam o emprego.” (Stedile, Sampaio e Rossetto, 2004, p. 12).

Neste período o agronegócio avança de forma avassaladora pelo Brasil afora, a aliança entre grandes proprietários de terra, empresas transnacionais, capital financeiro, mídia conservadora e o poder judiciário, colocando as terras para produzir *commodities* para exportação. À política de reforma agrária segue o processo de assentar Sem Terras nas regiões de grandes conflitos e buscar integrar os pequenos agricultores ao projeto do agronegócio.

Segundo Sampaio;

“Finalmente a tática incluía uma grande ofensiva ideológica sob a forma de um programa denominado “O Novo Mundo Rural”. Esse programa racionalizava a hegemonia do agronegócio na economia agrícola do país, propunha uma reforma agrária “de mercado” e dividia a agricultura familiar em três categorias: agricultores já integrados ou com possibilidades de integração nas cadeias produtivas; agricultores

hoje dispersos que, se devidamente apoiados, poderão vir a integrar o primeiro grupo; e agricultores sem condições para dar esse salto. Estes devem ser objeto de políticas sociais, e não mais de esforços de desenvolvimento agrícola.” (Stedile, Sampaio e Rosseto, 2004, p. 23).

As lutas dos trabalhadores rurais, na década de 1990, acabaram constituindo-se num importante território de resistência às políticas neoliberais do governo FHC, uma vez que no campo essas políticas ainda não haviam sido implementadas com a mesma velocidade como nas cidades.

A ofensiva do neoliberalismo sobre a resistência dos trabalhadores rurais acabou gerando em agosto de 1995 o massacre de Corumbiara, em Rondônia, em abril de 1996, o massacre dos Sem Terra em Eldorado dos Carajás. Em homenagem aos Sem Terra que tombaram em Eldorado dos Carajás, a Via Campesina Internacional decidiu transformar o dia 17 de abril como dia Internacional de luta pela Terra.

Em contraposição à opressão e lentidão no processo de assentar os Sem Terras acampados, em 1997 o MST realiza a Marcha Nacional, que teve como lema, a luta por emprego, justiça e reforma agrária. A Marcha chega a Brasília com cem mil pessoas, marcha esta que chama atenção da luta pela terra no Brasil para o mundo, e assim, este período de grande luta no campo, o MST se constitui como um grande movimento social.

A vitória de Lula em 2002, que toma posse em janeiro de 2003, trás esperanças para a classe trabalhadora em geral, e no campo a esperança de que a Reforma Agrária iria avançar. Entre os anos de 2003 a 2005, foram realizadas muitas ocupações de terra, chegando a ter 200 mil famílias acampadas.

A retomada do papel do Estado como indutor da economia sob o governo Lula desencadeia um processo de crescimento econômico que se estendeu até 2010, gerando milhões de empregos nas cidades e no campo, ademais dos programas sociais como bolsa família que amenizaram a situação de miséria de milhões de brasileiros. É a primeira vez que o MST experimenta fazer a luta pela terra e pela Reforma Agrária em período de crescimento econômico.

O modelo adotado pelo governo Lula, o chamado neodesenvolvimentismo³, se por um lado não realizou reformas, por outro criou alternativas com políticas públicas para os trabalhadores, políticas voltadas para a transferência de renda, em que através das políticas públicas os cidadãos brasileiros passam a se integrar ao mercado de consumo. Assim, aqueles que estavam em situação de miséria, agora podem consumir alguns produtos que antes não tinham condições.

Junto deste processo, também se desenvolveram políticas como o “Luz para todos”, que levou luz para o meio rural, facilitando o acesso a bens materiais básicos que mudam a condições na vida diária destes agricultores. Cria as condições para que as famílias pudessem ter sua geladeira em casa, televisão, rádio, máquina de lavar roupa, bem como maquinários que ajudassem no trabalho das famílias no meio rural, isso também impactou a vida destas pessoas.

Sem mexer na estrutura fundiária brasileira o governo representado atualmente pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e sua base aliada, buscou desenvolver um projeto desenvolvimentista para o Brasil, buscando desenvolver a economia para também gerar

³ Entendemos o neodesenvolvimentismo como sendo um novo projeto de desenvolvimento capitalista que surge com a crise do neoliberalismo no Brasil. Na verdade, trata-se de uma nova visão de desenvolvimento capitalista baseado na criação de um novo patamar de acumulação de capital por meio da ação do Estado capaz de criar, por um lado, as condições macroeconômicas para o crescimento da economia capitalista e, por outro lado, ao mesmo tempo, a ampliação do mercado interno por meio da redução da pobreza e políticas sociais redistributivistas focadas no subproletariado (concordamos com André Singer que diz – no livro *Os sentidos do lulismo* – que o neodesenvolvimentismo tem como base social os pobres, isto é, o subproletariado). (...) Portanto, o projeto neodesenvolvimentista no Brasil mescla elementos de desenvolvimentismo popular (por exemplo, o Programa Bolsa Família e aumento do salário mínimo) e elementos do desenvolvimentismo capitalista (organização de grandes empresas a partir da indução do Estado). O tripé do neodesenvolvimentismo seria constituído por

1. Programas de incentivo estatal a oligopolização da economia (fortalecimento de grandes grupos econômicos privados com apoio do BNDES);
2. Programas de investimentos públicos em infra-estrutura – com ou sem parceria público-privada;
3. Programas estatais de transferência de renda (bolsas, salário-mínimo e formalização salarial) visando a valorização do mercado interno de consumo. (Alves, Neodesenvolvimentismo e Precarização do Trabalho no Brasil - parte II, 2013).

empregos, melhorando o salário dos trabalhadores, e, ao mesmo tempo, aumentando o lucro das empresas.

Somado a isto conseguiu avançar na política de educação, ampliando o acesso dos trabalhadores à universidade pública, mas isso também não quer dizer que realizou mudanças na universidade.

Ampliou o crédito, com isso possibilitou um maior consumo da classe média, bem como facilitou o financiamento da casa própria e do carro próprio, gerando também um crescimento na indústria civil.

Neste período de crescimento o MST voltou suas forças para dentro dos seus assentamentos, buscando desencadear discussões de projeto de reforma agrária necessária e possível e buscar, nas contradições do modelo do agronegócio, desenvolver a ideia de reforma agrária para o Brasil. Com isso chega a seu sexto congresso nacional com a proposta da Reforma Agrária Popular e com o Lema: Lutar, Construir Reforma Agrária Popular!

Neste contexto o Brasil é o maior consumidor mundial de agrotóxicos, perfazendo uma média anual de seis litros de veneno por habitante. As contradições do modo de produção do agronegócio aos poucos vão sendo percebidas pela sociedade, como é o caso das mudanças climáticas, o aumento do câncer chegando a quinhentos mil novos casos por ano no Brasil, o preço alto dos alimentos por causa da prioridade em produzir *commodities* para exportação, além do alto grau de concentração de veneno nos alimentos, que passam a ser mostrados também pela mídia.

O aumento da concentração da terra no meio rural não diminuiu, o que aumentou foi o desemprego no campo, proporcionado pelo desenvolvimento tecnológico voltado para um modelo de monocultivos, com grandes extensões de terras, aumento do investimento em maquinários e nos insumos químicos controlados pelas empresas transnacionais.

Assim, os movimentos sociais passam a lutar por recursos públicos para a compra dos produtos vinculados à política de assentamentos, recursos para o desenvolvimento de agroindústrias, para o beneficiamento dos seus produtos, máquinas para a produção e por uma política que inclua a produção agroecológica, em contraposição ao agronegócio, tendo por base outra matriz tecnológica de produção.

O período atual de luta pela terra trás para a pauta do MST novas propostas e entendimento sobre o papel da reforma agrária no Brasil nesta conjuntura atual. Não bastando mais só repartir a terra, é claro para o MST que é preciso democratizá-la mudando a estrutura fundiária e sua concentração, mas não só. Além da democratização da terra é preciso discutir a função social da terra, como deve ser esta produção e o que se produzir, qual o modelo tecnológico que queremos para o desenvolvimento do meio rural? Aquele que produz mercadoria ou um modelo que produza alimentos saudáveis e com a integração entre o homem e a natureza?

Segundo o Programa Agrário do MST a reforma agrária deve integrar relações amplas entre o ser humano e a natureza, deve envolver diferentes processos que representam a reapropriação social da natureza, como a negação da apropriação privada da natureza realizada pelos capitalistas. Implicando também em um novo modelo de produção e desenvolvimento tecnológico que se fundamente numa relação de co-produção homem e natureza, na diversificação produtiva capaz de revigorar e promover a biodiversidade e em uma nova compreensão política do convívio e do aproveitamento social da natureza. (Secretaria Nacional do MST, Ano 2014, p. 33).

2.3. O Desenvolvimento do Cooperativismo no MST

Ao realizar uma ocupação de terra, os Sem-Terra passam a conviver em um acampamento, neste momento o objetivo comum de todos/as acampados/as é a conquista da terra para nela plantarem e viverem. Esse é um momento de incertezas no qual existe a possibilidade real de serem sujeitos a despejos, inclusive com uso da violência, dificuldades com alimentação, ameaças de pistoleiros, entre outras preocupações e necessidades que são rotinas na vida dos acampados/as.

Também esse momento é de constituição de uma organicidade interna, para a qual se organizam em núcleos de base, contendo um número que varia de sete a dez famílias aproximadamente. Além dos núcleos de base, passam a formar equipes de saúde, educação,

infraestrutura, alimentação, segurança, entre outras equipes que buscam atender demandas internas do acampamento, questões básicas que vão ajudar na vida das famílias enquanto estiverem acampadas.

Na história do MST este processo de organicidade desde os núcleos de base, passando pela coordenação do acampamento, esteve presente desde as primeiras ocupações do movimento. Assim as famílias passam a vivenciar novos valores de solidariedade, trabalho coletivo, divisão de tarefas, das quais iremos nos focar na cooperação.

Ao conquistarem a terra, depois de muitas lutas, os trabalhadores rurais vão discutir quais as linhas de produção que vão ser priorizadas no assentamento, bem como discutem a forma com que vão organizar a produção, se ela vai ser organizada de forma coletiva ou individual, bem como a forma com que vão organizar suas habitações, se vai viver de forma organizada em agrovilas, ou nos lotes individuais. A organização das casas em agrovilas facilita a organicidade das famílias no assentamento, bem como o acesso a luz, água potável, infraestrutura, acesso a serviços de transporte escolar, saúde, pois podem ter um posto de saúde que fique próximo a todas as famílias.

Quando se conquista a terra surgem outras demandas para os trabalhadores rurais, muitas das vezes os assentados, em assentamentos localizados distantes dos meios urbanos, tem dificuldade para o escoamento de sua produção, bem como dificuldades no acesso aos serviços como água e eletricidade, necessitando continuar seu processo organizativo para dar conta das novas demandas, que talvez não sejam tão novas, já existiam, mas agora em outro nível, são trabalhadores rurais Sem Terras, continuam com sua identidade de luta, agora assentados, em assentamentos que devem se desenvolver e buscar ser um projeto para um novo desenvolvimento do meio rural brasileiro.

Assim como a igreja teve um papel fundamental na formação do MST, também teve influencias em experiências de cooperativismo, principalmente na região sul do Brasil, ao que se registra na cartilha de apoio do programa de formação para a cooperação e organização dos assentamentos;

“A cooperação agrícola, desenvolvida pelo MST nos anos 80, foi fortemente marcada pela orientação dos assessores vinculados à igreja católica, constituindo uma cooperação com base no princípio de cada um segundo as suas necessidades, com uma distribuição igualitária da produção obtida. Estimulava-se pequenos grupos de

cooperação com ações pontuais organizados entorno de alguma máquina, equipamentos ou unidades de processamento, geralmente formalizadas juridicamente em associações. Já existiam neste período algumas experiências de grupos informais com a terra coletiva.” (MST, Setores de Produção, Cooperação, Formação e Meio Ambiente, 2008, p. 82).

Isto não quer dizer que não existiram outras experiências de cooperação organizadas em diversos outros grupos, seja para o plantio, construção de casas, colheita da lavoura, ou até mesmo pela troca de serviços, muito influenciados pela vivência anterior adquirida no acampamento.

Com o crescimento do movimento e sua ampliação para outras regiões do país o mesmo vai conhecendo novas experiências de cooperativismo, como na região nordeste que passa a conhecer novas experiências de associações com grande número de associados.

Além de conhecer outras experiências na região nordeste existe outro fator determinante para que o MST passe a desenvolver experiências de cooperação com um grande número de associados, é com a exigência do governo federal para a criação de associações para que os assentados possam acessar créditos.

“(...) a partir de 1986, com a exigência do repasse dos recursos subsidiados pelo governo federal, inicialmente conhecido como “fim social do BNDES”, que marcou o início do PROCERA. Era necessário que cada assentamento tivesse a sua Associação para viabilizar o repasse do crédito. Assim surgem várias representações políticas dos assentados frente ao aparelho do Estado, diferentemente das associações anteriormente organizadas para viabilizar ações produtivas.” (MST, Setores de Produção, Cooperação, Formação e Meio Ambiente, 2008, p. 82 e 83).

Com a ideia de que o crédito é uma das vias necessárias para que possa ser desenvolvida a produção nos assentamentos, o MST passa a organizar suas representações políticas e organizativas para o acesso do crédito, assim surgem diversas associações.

Para qualificar seus quadros, que vão ajudar na condução das associações e desenvolver as chamadas Cooperativas de Produção Agropecuárias (CPAs), o próprio MST, criará um método de capacitação massiva, denominado de Laboratórios Organizacionais do Campo, com uma duração de 35 dias realizados nos próprios assentamentos em que as

famílias assentadas vivenciavam processos de formação de cooperativas e ao final eram incentivadas a criarem suas próprias cooperativas.

Nesta expectativa de organizar as CPAs nos assentamentos, como um instrumento de organização da produção e instrumento político servindo como um modelo a ser implementado nos diversos assentamentos do MST, é que o setor de produção cria um curso voltado a uma formação específica para o gerenciamento delas;

“É com este objetivo que nasce o curso Técnico de Administração de Cooperativas (TAC), em junho de 1993, com um método formativo que buscava reproduzir o ambiente organizativo e político das CPAs, implicando aos educandos a constituição de uma cooperativa real para a gestão coletiva e uma vivência autogestionária do curso.” (MST, Setores de Produção, Cooperação, Formação e Meio Ambiente, 2008, p. 85).

Neste processo, de formação dos trabalhadores rurais Sem Terra, vão se forjando seus quadros políticos e organizativos, sujeitos organizadores da produção de forma cooperada nos assentamentos, bem como ajudam no acesso ao crédito para a compra de maquinários e insumos, como também ajudar a estruturar as cooperativas.

Com o processo de organização do cooperativismo nos assentamentos do MST buscou-se organizar uma estrutura que seguisse uma organicidade levando em consideração a sua base social, a qual vive nos assentamentos, preocupando-se em organizar a cooperação em níveis local ou regional, a nível Estadual e Federal, devendo ser organizado da seguinte forma;

“Ter um sistema articulado em 3 níveis: de base, ao nível dos assentamentos, através das Cooperativas de Produção Agropecuárias (CPAs), plenamente coletivas que também teria como tarefa ajudar o planejamento da produção dos assentamentos individuais; No nível intermediário teria a Cooperativa Central dos Assentados da Reforma Agrária (CCAs), buscando envolver todas as formas de cooperação, tendo também uma função econômica, de coordenação de negócios a nível estadual; No plano superior teríamos a CONCRAB.” (MST, Setores de Produção, Cooperação, Formação e Meio Ambiente, 2008, p. 84 e 85).

Nesta lógica de organicidade o MST passa a organizar a sua produção de maneira a fortalecer a sua base social e a cooperação nos assentamentos, buscando com a sua

organização discutir e fomentar suas linhas políticas sem deixar de fazer um processo de reflexão sobre a realidade.

Além do curso para formação de quadros, e espaços organizativos para discutirem a organização dos assentamentos, também se organizam seminários, que buscam envolver não somente o setor de produção, pois a organização dos assentamentos passa por outras dimensões da vida, indo para além da produção.

No ano de 1994 é realizado o “Seminário Nacional sobre as Perspectivas da Cooperação Agrícola no MST”, que além de definir uma orientação para organizar cooperativas de prestação de serviços e apoio às produções individuais, como: orientação técnica agrícola, serviços de máquinas, acesso ao insumo e de processamento da produção, também ajuda na comercialização e elaborações de projetos.

Além da criação deste outro modelo de cooperativas o MST define neste seminário sua concepção do cooperativismo;

“Os assentados devem buscar uma cooperação que traga desenvolvimento econômico e social, desenvolvendo valores humanistas e socialistas. A cooperação que buscamos deve estar vinculada a um projeto estratégico, que vise à mudança da sociedade. Para isto deve organizar os trabalhadores, preparar e liberar quadros, ser massiva, de luta e de resistência ao capitalismo.” (MST, Setores de Produção, Cooperação, Formação e Meio Ambiente, 2008, p. 86 e 87).

Consciente de seu papel político no campo, o MST não se contenta apenas com a distribuição das terras aos Sem Terras, não que isso não seja importante, mas é preciso que suas cooperativas estejam ligadas as suas estratégias de luta, as quais devem ser uma ferramenta para a liberação de quadros que ajudem a organizar os trabalhadores rurais, ajudando na elevação da consciência e contribuindo com experiências concretas que materializem o Projeto Popular para o Brasil.

As grandes diferenças entre as cooperativas convencionais do sistema capitalista para as cooperativas que o MST busca desenvolver são seus objetivos, os quais consistem em:

“Econômicos: defendemos que as cooperativas tem que ser uma organização que junte todos os esforços para possibilitar o desenvolvimento econômico e social de todos os associados. Para isto, as sobras têm de ser distribuídas de forma proporcional, de acordo com a participação de cada associado nas operações da cooperativa. Políticos:

Não compartilhamos da mesma corrente de pensamento que defende que as cooperativas vão resolver todos os problemas econômicos da classe trabalhadora. Só o fato de organizar uma cooperativa não vai resolver os nossos problemas. Ela deve se constituir em mais uma ferramenta de luta e de resistência na terra. Temos que trabalhar a nossa base dizendo que o que vai mudar a nossa situação, de fato, será quando os trabalhadores através da luta organizada conseguirem derrubar a burguesia do poder e constituir uma Nova Sociedade com outras relações de produção, novos valores; quando acabarem com a exploração e a supremacia do capital sobre o trabalho. Mas sem negar que a cooperativa cumpra um papel fundamental no processo de transformação da sociedade. Por isso somos diferentes.” (Christoffoli, 1997, p. 82 e 83).

Este longo processo de desenvolvimento do cooperativismo no MST transformou-se em modelo para a organização de um Sistema de Cooperativismo dos Assentamentos (SCA), passando a estruturar-se em níveis locais, regionais, estadual e nacional. A consolidação deste modelo de organização e gestão dos assentamentos tem acontecido em alguns estados de modo mais acelerado e em outros mais tardiamente.

No próximo capítulo nos determos na experiência da Cooperativa Central dos Assentados do Rio Grande do Sul (COCEARGS), uma das primeiras experiências nesta forma de organização das cooperativas do MST no país. Iremos abordar também a experiência deste sistema no acesso à habitação rural para os assentados do Estado do Rio grande do Sul, sendo uma das primeiras experiências voltadas para a construção das habitações nas áreas de reforma agrária do Estado do Rio Grande do Sul, vinculadas a uma política de Estado.

CAPÍTULO 3 – A COCEARGS E O DESENVOLVIMENTO DA HABITAÇÃO NAS ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA

3.1 A COCEARGS

Como vimos no capítulo anterior, o processo de construção do Sistema de Cooperativismo do MST, advém de sua prática na área da produção e de seu processo de

discussão acerca do cooperativismo, tendo por objetivos principais: organizar de maneira especializada a produção nos assentamentos, com a finalidade de organizar também os assentados como sua base de sustentação social, tornando-se uma representação política, econômica e social nas áreas de reforma agrária.

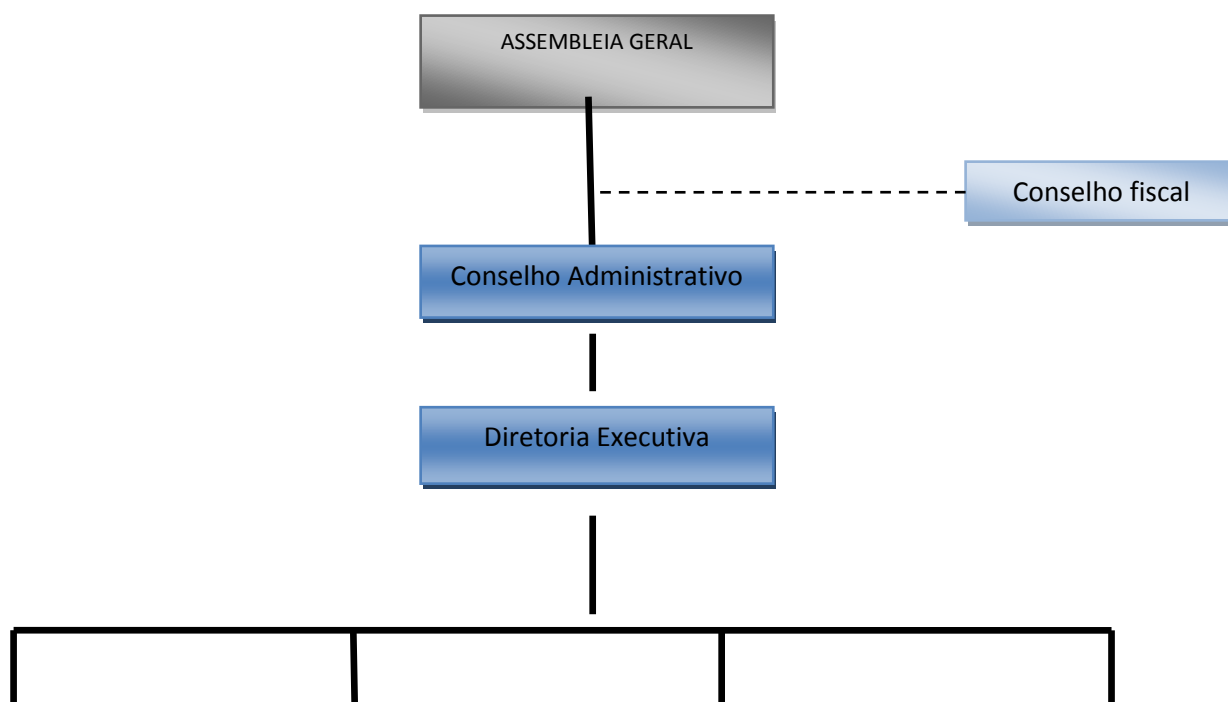
Assim no Estado do Rio Grande do Sul, o MST em janeiro de 1991 constituiu sua primeira Central de Cooperativas dos Assentamentos (CCA), identificada como Cooperativa Central dos Assentados do Rio Grande do Sul Ltda (COCEARGS), mais tarde no ano de 1992, passaram a estar organizados 5 CCA pelo MST em outros estados da federação.

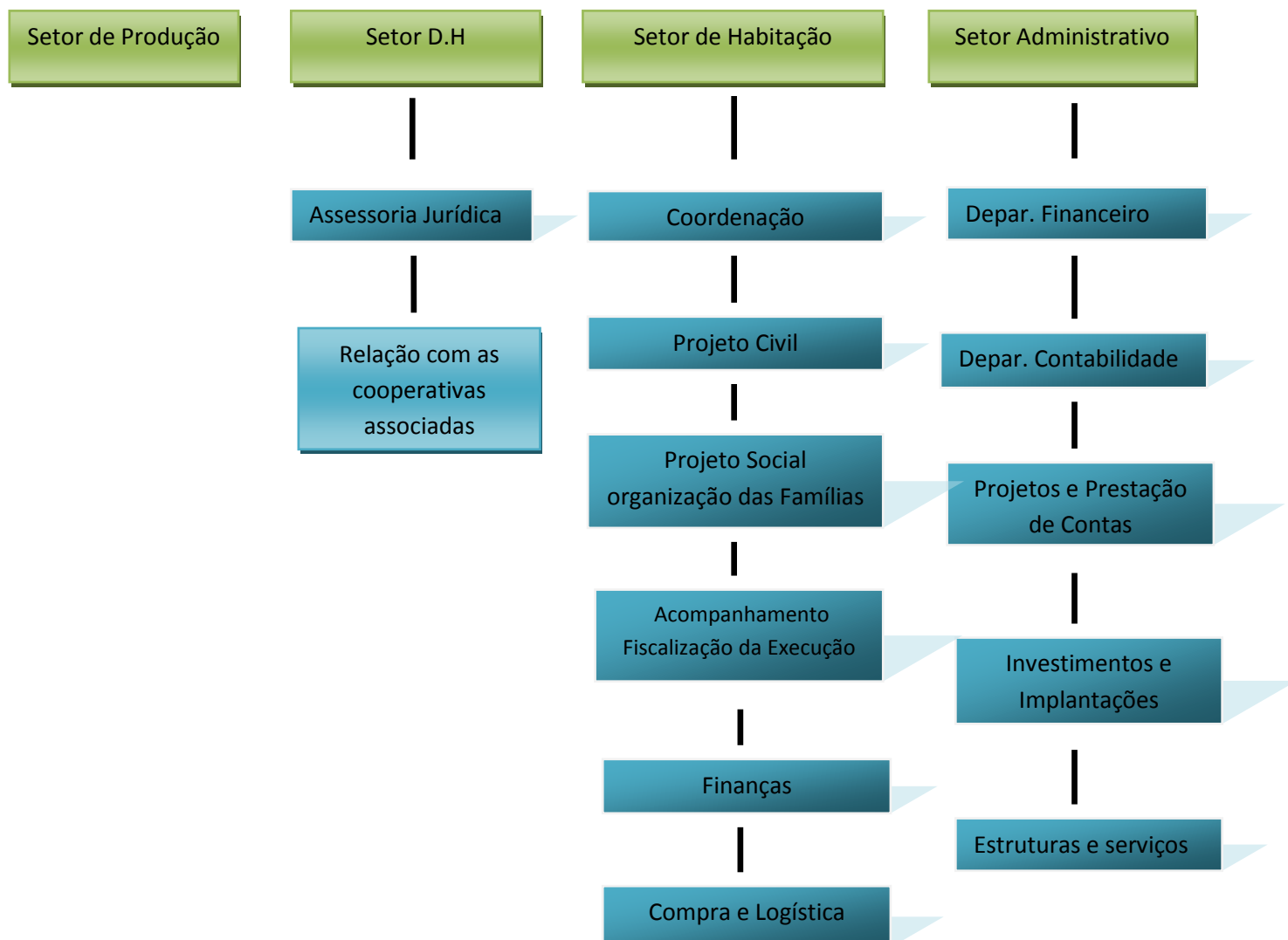
Em sua Estrutura organizacional a COCEARGS define-se atualmente em quatro setores, sendo estes os setores de produção, habitação, direitos humanos e administração. Há outras áreas de serviços organizados dentro dos próprios setores.

Além dos setores, também existem seus representantes legais, como definiu Lucas Fernando Santiago Toledo;

“A COCEARGS se organiza em setores, onde cada um tem suas coordenações e equipe que se organizam para desenvolver os trabalhos, possui também um corpo executivo legal como presidente, vice- presidente, tesoureiro, vice- tesoureiro, secretário e vice- secretário além do conselho fiscal”. (Toledo, 2014 p. 13).

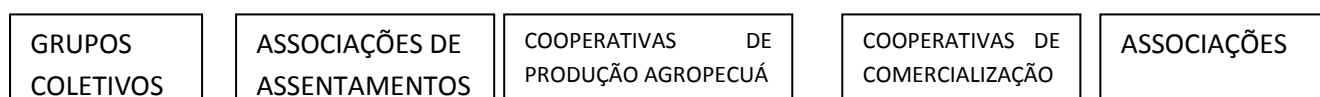
ORGANOGRAMA DA CENTRAL COCEARGS

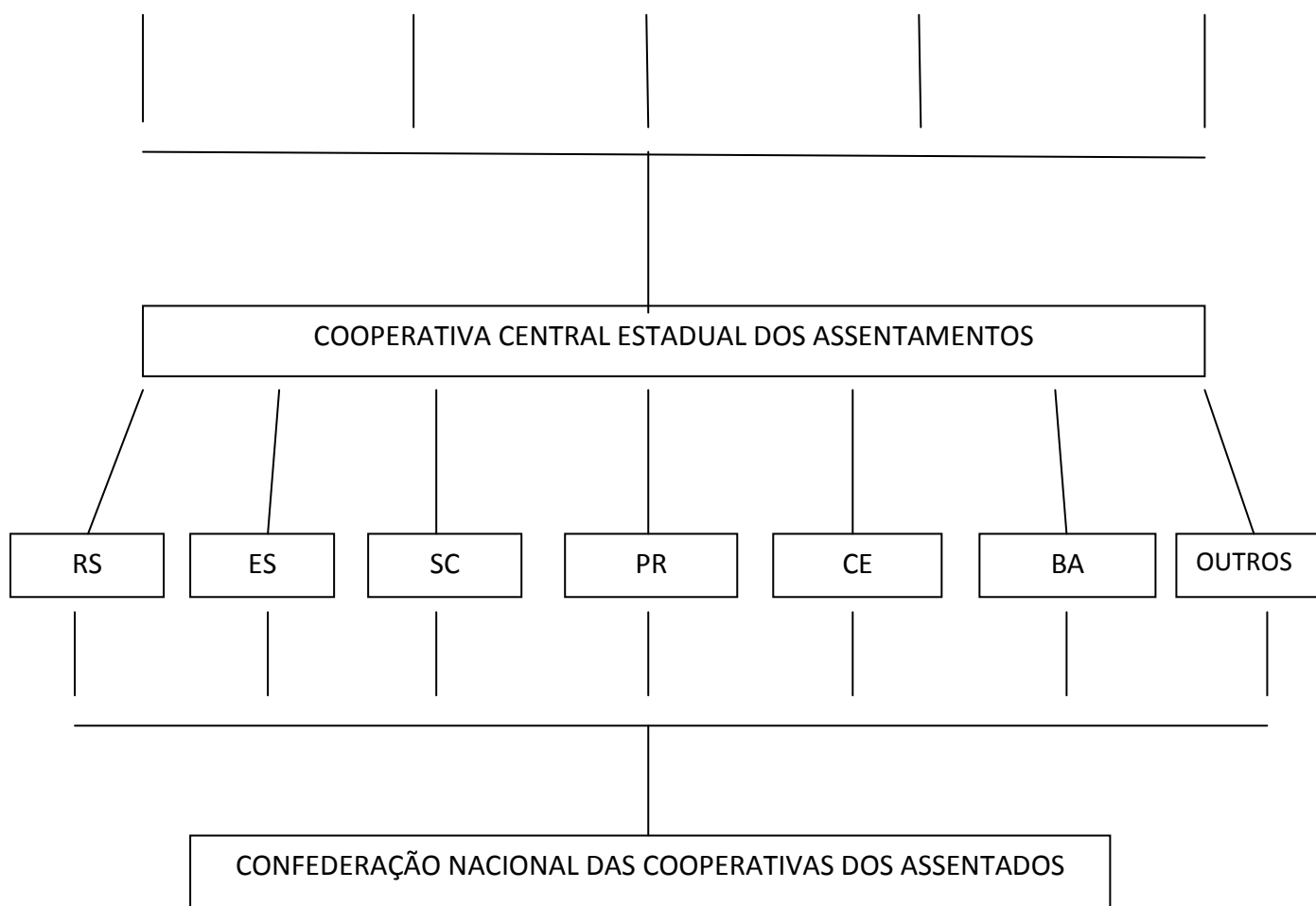




Organizar a produção e comercialização, bem como fazer a articulação das cooperativas, associações, grupos coletivos, fomentando as diversas formas de cooperação, ajudando o seu desenvolvimento a níveis superiores, fazendo com que os assentados possam desenvolver a cooperação deixando o isolamento individual em seu lote, articulando a nível Estadual e fazendo a ponte com o sistema cooperativista do MST junto da responsável de nível nacional a Confederação Nacional das Cooperativas dos Assentados (CONCRAB).

Apresentaremos a baixo o esquema Organizacional do Sistema Cooperativista dos Assentamentos: (retirado do documento; CPT – RS, 1991, p. 07).





As cooperativas são administradas pelos próprios agricultores, que buscam organizar a produção de forma coletiva, realizando a divisão do trabalho dentro das linhas de produção de cada assentamento. Assim buscam espaços de formação junto às cooperativas centrais estaduais, e em espaços de formação organizadas pelo próprio MST, buscando qualificar o trabalho e a qualidade dos produtos.

Além de atuar na área da produção de alimentos, a COCEARGS também passa a atuar em outras áreas como, Educação, oferecendo cursos de formação aos jovens e adultos assentados da reforma agrária, além de estar envolvido direta e indiretamente aos setores do MST. Vinculando-se a outras áreas como, Saúde, Assistência Técnica, Esporte e Lazer, promovendo atividades que venham buscar o bem-estar social e ambiental dos assentados.

Em suas funções específicas enquanto Cooperativa Central dos Assentamentos do Estado do Rio Grande do Sul, a COCEARGS ajudou a formar e fundar inúmeras cooperativas

e associações, de âmbito local e regional. Estas cooperativas e associações fazem a articulação direta da COCEARGS com as famílias assentadas.

Influindo diretamente nas discussões e práticas locais, desta forma, com a orientação dada através das linhas políticas do MST, passa a promover a produção de alimentos saudáveis, com o desafio de fomentar a produção agroecológica, promovendo a discussão de novas relações sociais, com respeito ao meio ambiente e novas tecnologias, que venham de encontro a uma produção saudável.

Segundo Lucas Fernando Santiago Toledo;

“Neste campo, a COCEARGS atua como certificadora da produção orgânica, com mais de 2.000 ha (dois mil hectares) certificados ou em processo de certificação. Esta certificação se dá através de um contrato firmado com o IMO (Instituto de Mercado Ecológico), certificador da Suíça com escritório em São Paulo, uma empresa internacional de certificação orgânica”. (Toledo, 2014, p. 08).

Em 2015, o MST no Estado do Rio Grande do Sul, possui aproximadamente treze mil e quinhentas famílias de agricultores assentadas, constituindo uma população superior a cinquenta mil pessoas de todas as faixas etárias que de forma direta e indireta é articulada pela COCEARGS. Também existem doze acampamentos, com aproximadamente duas mil e trezentas famílias, espaços estes que também são realizadas discussões em torno da cooperação e planejamento para organização dos futuros assentamentos.

Um dos espaços de atuação em que a COCEARGS vem participando segundo Lucas Fernandes Santiago Toledo (Veranópolis/RS, 2014, p. 09) é do conselho do Fundo de Terras do Estado do Rio Grande do Sul (FUNTERRA) fundo este ligado a Secretaria de Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul. É neste conselho onde se aprovam recursos financeiros, para projetos de investimentos para pequena agricultura e para áreas de assentamentos de Reforma Agrária.

Este espaço em que o movimento vem participando através de suas estruturas legais, vem ajudando na obtenção de recursos através de projetos que venham a viabilizar a produções no Estado, assim ajudando na aquisição de máquinas, estruturação para as cooperativas.

Há vários problemas vivenciados pelos assentados, havendo muitos desafios a serem superados, problemas estes gerados pelo modelo adotado para agricultura brasileira, como

aponta uma passagem do texto retirado do projeto técnico e social referente ao Assentamento Apolônio de Carvalho, localizado no município de Eldorado do Sul.

“Temos, no entanto, a certeza de que muitos dos problemas enfrentados pelas famílias assentadas se deve as condições gerais do modelo de agricultura fomentado no Brasil. Modelo que visa a produção em larga escala, em grandes extensões de terra, com emprego de maquinaria pesada e uso abusivo de agrotóxicos. Desta forma grande parte da infraestrutura produtiva proporcionada pelo Estado se volta para o agronegócio. As famílias, por meio das cooperativas regionais ligadas a COCEARGS tem resistido com relativo sucesso implantando o cultivo do arroz orgânico, a produção de leite e alimentos para o Programa Aquisição de Alimentos (PAA)”. (Projeto Técnico e Social do Assentamento Apolônio de Carvalho, 2013, p. 11 e 12).

A cooperativa participa também do Programa de Acessória Técnica Social e Ambiental da Reforma Agrária (ATES), espaço este em que são debatidos estratégias e programas de assistência técnica e social para as áreas de reforma agrária. Tem como parceira, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), e o Instituto Preservar, este último localizado no assentamento Filhos de Sepé no município de Viamão.

Hoje as cooperativas associadas à Cooperativa Central dos Assentamentos no Rio Grande do Sul, são em torno de vinte cooperativas, espalhadas por todas as regiões do Estado, em geral, as cooperativas atuam na produção de embutidos e defumados de carne, produção e beneficiamento de arroz orgânico, beneficiamento do feijão, produção de sucos diversos, produção de panifício, conservas e doces, articula e opera com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no qual há uma diversidade de produtos entregue através dos assentados com a prestação de serviços técnico, dando suporte aos assentados nas diversas áreas da produção de alimentos.

Localizada no mercado público no centro de Porto Alegre, a Loja da Reforma Agrária, vinculada a COCEARGS, realiza a comercialização de produtos orgânicos, em sua maioria produzida nos assentamentos da Reforma Agrária beneficiados pelas cooperativas. A loja da reforma agrária trabalha também com outros fornecedores que atuam no ramo da produção orgânica para além dos assentamentos, possibilitando assim uma maior opção destes produtos por parte de seus consumidores.

Uma das políticas de âmbito federal, que advém da luta e organização dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, destaca-se o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA),

vinculado a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Além de contribuir no escoamento da produção, possibilita-se uma alimentação mais saudável aos moradores da periferia da capital beneficiários do programa. Ao receberem a alimentação vinda dos assentamentos, sem uso de agrotóxicos há uma alimentação mais saudável e uma maior diversidade de alimentos.

Segundo o autor já citado;

“O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é um instrumento de política pública de estruturação e desenvolvimento da agricultura familiar. O objetivo é garantir o alimento em quantidade, qualidade e regularidade necessária às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional. Público Alvo, comunidades indígenas, quilombolas, acampados da reforma agrária, creches, asilos etc. refere-se à entidade “fome zero que abrange cinco mil famílias em 40 núcleos em diferentes bairros de Porto Alegre”. No momento, o projeto envolve três mil famílias, que recebem arroz, leite, frutas da época, mandioca, batata doce, abóbora”. (Toledo, 2014, p. 11).

Assim, o projeto para agricultura que o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra almeja, não só beneficia os trabalhadores rurais, mas também aos trabalhadores que residem nas cidades, almejando um projeto que melhore a qualidade de vida do trabalhador do campo e da cidade.

Visando a organização da produção de arroz, de hortas orgânicas, feijão, carne, legumes e outros produtos, junto às cooperativas da região metropolitana de Porto Alegre, o MST possibilita outro modelo de produção, que não seja aquele baseado no monocultivo, máquinas pesadas, pouca mão de obra e uso abusivo de agrotóxico. Essa produção, além de certificadas como orgânicas, no caso do arroz, é uma linha produtiva que reforça a proposta de produzir com responsabilidade ambiental, além de proporcionar à garantia de renda econômica de forma permanente às famílias assentadas.

Segundo Toledo (2014, p. 11 e 12); Desde 2012, a COCEARGS, em parceria com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e o Banco Nacional Desenvolvimento Social (BNDES) tem a tarefa de contribuir no gerenciamento do Programa de Qualificação Produtiva dos assentamentos, que destinará recursos para investimento agroindustrial, na ordem de 60 milhões de reais.

Com estes projetos, a COCEARGS tem como objetivos potencializar o processo de beneficiamento da produção nas áreas dos assentamentos, melhorar seu escoamento e viabilizar a industrialização da produção primária ampliando a agregação de valor. Os projetos agroindustriais tem como resultado econômico e social a geração de renda e criação de postos de trabalho garantindo a permanência das famílias no campo principalmente do público jovem.

3.2 Operacionalizando o cooperativismo habitacional na COCEARGS

A luta pela habitação sempre esteve presente nas pautas do MST, não como sendo uma de suas lutas centrais, pois o que sempre esteve no centro de sua principal reivindicação desde o seu surgimento foi à democratização da terra.

No decorrer das lutas pela terra a moradia se constituiu em um dos pontos centrais na questão de infraestrutura reivindicada pelos trabalhadores rurais assentados da reforma agrária. Assim nas décadas de oitenta e noventa, a demanda por habitação se apresenta nas pautas do MST como o crédito para a construção de casas, mas sempre como um recurso com valor baixo disponibilizado pelo governo federal.

O Setor de Habitação dentro da estrutura da COCEARGS surge com o propósito de melhorar as condições das casas das famílias assentadas, para o qual se constituiu uma equipe com profissionais qualificados para contribuir neste processo. Assim inicia-se a experiência desenvolvida na área de habitações rural por uma cooperativa ligada a um movimento social, que além da luta pela terra, busca outros direitos sociais como: educação, habitação, infraestrutura e lazer.

O setor de habitação rural vinculado à COCEARGS surge no início deste século, como um setor inserido na estrutura organizacional da COCEARGS, surgindo para atender demandas de habitação nas áreas ligadas aos assentamentos da reforma agrária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), seguindo e implementando seus princípios e linhas políticas.

Podemos salientar que o setor de habitação e os demais da COCEARGS, apesar de áreas diferentes, trabalham em conjunto, pois para alcançar um objetivo almejado, deve-se trabalhar de forma cooperada e interdisciplinar.

No Estado do Rio Grande do Sul já se teve uma experiência de trabalho com habitação rural vinculado a cooperativas do MST com apoio da Caixa Econômica Federal entre os anos de 2005 e 2008. Foi neste período a primeira experiência em que a COCEARGS esteve envolvida na execução das habitações.

Depois do ano de 2008 o processo de construção das habitações nos assentamentos voltou a ser acessado através do Incra e agora desde o ano de 2013 o Programa de Habitação Rural passa a fazer parte do programa Minha Casa, Minha Vida, que também chega nas áreas rurais, assim os assentados passam a ser beneficiários através do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR).

Vale a pena salientar que somente a partir do ano de 2013 passa a existir um programa que possibilite realmente a construção integral de uma habitação para as áreas de reforma agrária, assim possibilitando melhores condições para o acesso de uma moradia mais digna.

Além do recurso vindo pelo MCMV, a COCEARGS articulou junto ao governo do Estado do Rio Grande do Sul, um convênio de parceria no qual o Estado assumiu a contrapartida no valor de R\$ 4.500 (quatro mil e quinhentos reais) por unidade habitacional, que junto dos R\$ 28.500,00 (vinte e oito mil e quinhentos reais) disponibilizado pelo MCMV para cada unidade habitacional, totalizou um valor de R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais) para a construção de cada unidade habitacional.

Em 2015, período de mudanças no Governo do Estado, houve o fim da contrapartida para a construção das habitações no meio rural, com isto, a COCEARGS tomou como decisão política não realizar projetos com o valor menor daquele que vinha sendo acessado, pois não se chegaria à mesma qualidade das casas que vinham sendo construídas. No momento, está sendo aguardado por parte da COCEARGS a liberação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 3), pois existe a expectativa deste valor ser reajustado e assim podendo continuar com o mesmo projeto civil que vinha sendo realizado pela entidade organizadora.

Atualmente nos assentamentos de reforma agrária no Estado do Rio Grande do Sul são beneficiários do projeto aproximadamente treze mil e quinhentas famílias de agricultores, com uma estimativa de população superior a cinquenta mil pessoas de todas as faixas etárias.

Segundo cadastro realizado em 2013, o setor da habitação vinculado à entidade organizadora, identificou naquele período uma demanda de 1.200 unidades habitacionais, localizados em assentamentos novos e assentamentos antigos, onde é necessário realizar a construção de casas ou reformas.

Existem outros assentamentos ligados à reforma agrária onde moram famílias vinculadas a outros movimentos sociais, sendo que estes também desenvolvem projetos de habitações nestas áreas, em alguns casos a COCEARGS também presta assistência a estes movimentos sociais, fornecendo suporte técnico.

Até o momento foram contratadas 450 unidades na primeira fase em 2014 e mais 25 unidades em 2015, deste total, apenas as últimas 25 unidades se iniciou à construção das casas. A baixo apresentamos quadro com informações percentuais do andamento em que se encontram as obras.

UNIDADES	% DE OBRA EXECUTADO
51	85%
32	70%
250	45%
80	35%
37	15%

No Estado do Rio Grande do Sul, a entidade organizadora assume a ideia de colocar em todas as habitações onde haja beneficiários idosos as barras de auxílio para o deslocamento no banheiro, para garantir a segurança do idoso.

Neste sentido, para identificar o índice de idosos ou deficientes físicos nos assentamentos, é feito um levantamento antes do projeto, através de um fichário no qual são

coletadas as informações de todos os moradores da habitação, com estas informações será identificado se existem idosos, portador de deficiência especial ou não.

Depois deste levantamento são declarado para a Caixa Econômica Federal os casos específicos, observando-se que há entre 10% e 15 % de pessoas com estas especificidades. Procurando trabalhar o mais próximo da realidade dos moradores.

Em especial os profissionais que atuam no setor da habitação da cooperativa, tem como atribuições segundo o Caderno de Orientação Técnica Social (COTS) da Caixa Econômica Federal;

“A Entidade Organizadora tem como atribuições: congregar, organizar e apoiar as famílias no desenvolvimento de cada uma das etapas dos projetos de engenharia e de trabalho técnico social”. (CAIXA Econômica Federal, agosto de 2012, 5.5.1 Projeto de Trabalho Técnico Social).

As modalidades de construção da habitação podem ser com a contratação de uma empresa construtora para executar as obras, com autoconstrução e/ ou através dos mutirões. A forma pela qual está sendo desenvolvido o trabalho pela equipe do setor de habitação da Coceargs é a modalidade autoconstrução assistida.

Segundo o Projeto Técnico Social do Assentamento Apolônio de Carvalho o desenvolvimento do trabalho técnico e social conta com a parceria da Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos Ltda (COPETEC), que tem a atribuição de prestar assistência técnica nos assentamentos da reforma agrária. Esta atua na educação para o cooperativismo e racionalização dos meios de produção, desenvolvendo ações que busquem contribuir com a produção agroecológica, na geração de renda e sustentabilidade, estimulando permanentemente a participação das famílias assentadas nos processos de infra estruturação produtiva.

Também a Cooperativa dos Assentados na Região de Porto Alegre a (COOTAP), que atua na implementação da produção do arroz orgânico, produção leiteira e produção de alimentos para o PAA, tem sido de suma importância para a estruturação produtiva dos assentados desta região. Tendo em vista as diretrizes do projeto foi acordado que seus coordenadores realizem palestras acerca da cooperação agrícola e oportunidades das linhas produtivas que são desenvolvidas na região.

Assim a COCEARGS busca desenvolver seus trabalhos em parceria com as cooperativas que possuem profissionais com conhecimentos técnicos científicos e práticas em áreas específicas, conforme a realidade nas regiões onde moram estas famílias.

A composição da equipe técnica que irá desenvolver e conduzir o Projeto de Trabalho Técnico e Social (PTTS) precisa seguir algumas exigências segundo o COTS no ponto em que trata da Equipe Técnica;

(...) deve ser dimensionada considerando o volume de atividades e os recursos disponíveis, ou seja, sua composição deve ser compatível com a complexidade e a metodologia do trabalho a ser realizado. Os participantes devem ser técnicos com experiência comprovada em desenvolvimento comunitário e dela também poderão participar profissionais de outras áreas de conhecimento para apoio à execução do projeto aprovado. As normativas do Ministério das Cidades especificam que a equipe técnica deve ser coordenada por um Responsável Técnico (RT) com formação em Serviço Social e/ou Ciências Sociais/Sociologia e sua assinatura e registro profissional deverão constar no projeto e nos relatórios de acompanhamento. O RT é responsável pelo ateste da execução das atividades programadas, da aplicação dos recursos, bem como pela procedência das despesas e validade dos documentos comprobatórios. (CAIXA Econômica Federal, agosto de 2012, 4.2 Equipe Técnica).

Hoje em 2015, a equipe Técnica do setor de habitação vinculado a COCEARGS é composta por: um coordenador geral, de uma unidade de engenharia, coordenada por uma engenheira civil e composta por mais um arquiteto, dois técnicos em edificação e um mestre de obras.

Também compõe o setor da habitação a unidade de estudo social, composta por um assistente social e um sociólogo. Vale ressaltar que esta unidade é responsável pelo trabalho técnico social, do qual é responsável por desenvolver oficinas com as famílias beneficiárias pelo projeto, sendo que em algumas destas oficinas em que necessita de determinados conhecimentos específicos, são contratados os oficineiros para realização deste trabalho junto às famílias.

Outra unidade que faz parte do setor da habitação é a logística, responsável pelo transporte e entrega dos materiais para a construção das casas. Esta unidade está composta por cinco motoristas. E por fim, a unidade das finanças e compras, composta no momento por apenas um profissional.

Também são responsáveis em dar auxílio ao setor da habitação em torno de seis a dez lideranças regionais do MST no estado todo, ajudando na articulação local junto às famílias, possibilitando assim um melhor acesso do setor da habitação por parte das famílias assentadas e melhor execução do projeto.

Hoje é realizado um monitoramento constante, com visitas regulares em todas as unidades habitacionais. Agora com o PNHR existe um trabalho intenso, com condições de se ter um profissional constantemente acompanhando todo o processo, não só com a engenharia, mas com orientações em diferentes instâncias, passando assim a atuar de forma mais efetiva, tendo um resultado mais amplo.

Está em processo de construção um programa de monitoramento online das habitações, com intuito de se ter um banco de dados, assim a própria Caixa Econômica Federal poderá monitorar como vai se desenvolver a construção das casas, possibilitando o monitoramento do que está sendo feito nos assentamentos.

De certa forma a luta pela habitação realizada pelas famílias assentadas acaba tencionando outros direitos sociais, sejam eles: a questão das estradas, luz e água, toda uma infraestrutura básica necessária para a realização do projeto.

Além destas questões ligadas à infraestrutura, também acaba deparando com a falta de documentos por parte das famílias, assim a necessidade dos documentos faz com que passem a providenciar os mesmos, sendo algo a mais que estas providenciar, pois é comum a falta de documentos básicos.

3.3 O trabalho técnico social nas cooperativas de habitação rural

Para a elaboração do projeto técnico social é feito um diagnóstico da realidade do assentamento e seu entorno, com estes dados realizam-se os projetos para apresentação na Caixa Econômica Federal. Após a sua aprovação, realizam-se reuniões com os moradores dos assentamentos e apresentam-se os projetos aos próprios assentados para sua escolha, até então foram elaborados dois modelos de casa, assim elas vão optar por um projeto ou outro.

Vários são os aspectos a serem levados em conta pela equipe que desenvolve o projeto técnico social, sejam questões econômicas ou sociais, como o próprio espaço de terra onde a família vai morar e o histórico de luta de vida destas famílias.

“O lote de terra de um assentado da reforma agrária é bem mais que seu espaço de moradia, é também, uma unidade de produção que sustenta economicamente sua família. Por conta disto, o Trabalho Técnico Social deve ir além do “terreiro da casa”. É nesta diretriz de ação, que nos propomos a permear os eixos de ação propostos pelo Ministério das Cidades com a questão produtiva. Pois entendemos conjuntamente com as famílias que sem produção não há família que conserve e embeleze uma moradia, sem produção não existe viabilidade econômica para a família, não existe auto-estima nem motivação para permanecer no campo”. (Projeto Técnico do Assentamento Apolônio de Carvalho, 2013, p. 11).

O processo que está sendo operado pela COCEARGS nos assentamentos é a autoconstrução assistida, ou seja, o próprio beneficiário realiza a execução de sua obra. Assim os profissionais que atuam no setor de habitação vão realizar o acompanhamento técnico antes, durante e após a execução da habitação.

Inicialmente formam-se os grupos entre as famílias que vão ser beneficiárias, estes grupos devem contar com no mínimo de quatro famílias, sendo organizados por livre escolha das famílias assentadas.

Além destes grupos também é formada entre as famílias beneficiárias uma comissão de representantes, para a qual são indicados pelas famílias dois representantes e a entidade organizadora indica um terceiro, este devendo ser um assentado da região onde ocorre o projeto e que esteja associado a uma cooperativa filiada a COCEARGS.

Estes três representantes abrem uma conta no banco e o recurso é depositado em parcelas nesta conta. Este momento corresponde à etapa pré-obras e segue as orientações da Caixa Econômica Federal, correspondendo à comissão de representantes que tem as seguintes tarefas;

“A comissão de Representantes – CRE é responsável pelo controle e prestação de contas dos recursos financeiros e a Comissão de Acompanhamento – CAO pelo acompanhamento da execução da obra. Cada comissão deve ser composta por no mínimo 03 (três) pessoas, sendo dois representantes dos beneficiários e um representante vinculado à Entidade Organizadora, eleitos em assembleia com a

participação dos beneficiários vinculados ao empreendimento e registro em Ata”.
(Caixa Econômica Federal. Agosto de 2012, 5.5.2.1 Etapa Pré-obras).

As famílias passam pelo processo de documentação, não é um processo rápido, necessariamente passa por várias etapas até que possam assinar os contratos, assim o processo de análise da documentação, depende de cada agente financiador (aqui é a Caixa Econômica Federal), pode ser bastante demorado. No caso do Assentamento Apolônio de Carvalho, passou mais de um ano para fazer a contratação, existindo grupos que contrataram em agosto do ano de 2014, recebendo o recurso em maio de 2015.

Se por um lado a burocracia exigida pelo programa acaba atrasando o processo de construção das moradias, por outro, a organização dos assentados facilita o processo de documentação, como relatado no projeto técnico social;

“Inclusive o processo de formação dos grupos de beneficiários do PNHR foi facilitado pela organização do assentamento em NB’s, sendo que os grupos da habitação mantiveram na grande maioria a composição dos NB’s. E tem sido desta forma que os assentados se relacionam com órgãos ligados a reforma agrária. Em especial as superintendências Regionais do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos (COOPETC) que é responsável pela assistência técnica aos Assentados. No momento em que construímos este diagnóstico e difundimos as informações acerca do PNHR, vimos surgir o debate sobre a formação de associações de produtores nos assentamentos, forma de legalizar a cooperação já existente e tirar da informalidade as ações efetivadas pelos NB’s. Muito embora se perceba que esta organicidade não seja necessariamente substituída, pois faz parte da identidade das famílias, e serve como importante espaço de formação e discussão das famílias”. (Projeto Técnico Social do Assentamento Apolônio de Carvalho, 2013, p. 4 e 5).

O processo que ocorreu é o seguinte: a equipe da COCEARGS vai para o assentamento e entrega a cartilha e o projeto de cada família (habitação), cada habitação conforme sua estrutura, de dois dormitórios recebe a sua cartilha e projeto, de três recebe seu específico, recebendo as plantas das casas e orientações de como são, cada uma das etapas que irão se suceder na construção da habitação.

É feita toda a apresentação e se discute com as famílias cada etapa que irá se proceder, a orientação técnica é dada a família e aos pedreiros, podendo ser feito ao mesmo tempo ou

em uma segunda reunião só com os pedreiros. O entendimento que se tem é de orientar a família, porque ela é o principal fiscalizador, é quem deve estar envolvida para poder garantir a qualidade da casa, além é claro da comissão de acompanhamento.

A execução das obras devem ser em paralelo, todas as famílias precisam andar juntas na construção, se todas as casas não atingirem uma meta mínima de avanço na construção não é liberado o recurso para a segunda etapa, sendo trabalhado em seis etapas, o governo vai liberando o recurso de 15 em 15 por cento, conforme for o andamento da execução das habitações.

A COCEARGS enquanto entidade organizadora adquire os materiais de construção e leva para o assentamento. Depois de distribuído o material é feita a fiscalização pelos grupos responsáveis, e somente com a deliberação destes grupos fiscalizadores é que são feitos os depósitos para o pagamento dos materiais. Assim as famílias tornam-se fiscalizadoras do processo desenvolvido na execução das habitações.

Além dos R\$ 33 mil reais que são disponibilizados diretamente para a construção de cada unidade habitacional, a entidade organizadora recebe R\$ 400,00 reais (quatrocentos reais) para desenvolver um projeto social, tendo uma série de atividades que devem ser cumpridas durante todo o processo de construção das habitações. Outros R\$ 600,00 reais (seiscentos reais) são destinados às orientações técnicas, sendo repassados conforme o número de habitação.

Existem varias atividades que dizem respeito a como as famílias se relacionam com suas habitações, as relações que estes estabelecem com a questão ambiental, do lixo, saneamento e a comunidade como um todo. O projeto social é baseado nos eixos que o MST tem como suas linhas políticas.

Todo período em que passa pelo processo de construção das casas, cada momento do processo de construção, existe uma atividade do projeto social envolvida;

“(…) Com as cooperativas regionais de assentados filiados a COCEARGS, muitos começaram nos últimos meses a implementar uma produção incipiente de alimentos para o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos). Outros que já receberam um aporte maior de créditos investiram em vacas de aptidão leiteira, como alternativa de uma renda mensal que possa sustentar as necessidades mais básicas da família. A produção de arroz orgânico tem sido nos últimos três anos uma alternativa para muitos

assentados que possuem áreas de várzea. Ademais, são feitas em algumas ocasiões pequenas safras de grãos, tais como, soja, milho, feijão e trigo que são escoados para cerealistas locais”. (Projeto Técnico Social, Assentamento Apolônio de Carvalho, 2013, p. 4).

Estas atividades são realizadas por um técnico, que acaba encontrando algumas dificuldades no momento de reunir as famílias, devido o deslocamento que as mesmas necessitam fazer. Em certos momentos é necessário planejar um deslocamento de ônibus para as famílias, pois elas não têm como chegar ao local onde serão realizadas as atividades.

Hoje, com o Minha Casa Minha Vida, existem exigências mínimas para acessar o programa quanto à qualidade da casa, que é o acabamento total e uma medida mínima, sendo entre 36 a 38 metros quadrados.

Está sendo construídos dois modelos de casas, uma com 52,4 metros quadrados, que é uma casa de três dormitórios; e uma casa maior, de 52, 8 metros quadrados, que é uma casa de dois dormitórios. A casa com três dormitórios passa a ter uma metragem menor devido ao maior investimento com o número de portas e janelas necessárias numa casa de três quartos, a diferença do custo destas esquadrias é compensada com a diminuição da área total.

Também são exigidas questões de qualidade no Programa de Habitação Rural, uma delas é a garantia de acessibilidade, todas as casas financiadas no Minha Casa, Minha Vida, devem ser casas adaptáveis. Ou seja, devem existir condições de, futuramente se houver necessidade, ser adaptadas para uma situação onde exista cadeirante morando na casa, esta é a condição que exige mais da casa.

Assim, nem uma porta da casa pode ser menor de 80 centímetros, que é a largura de cada cadeira de rodas. A porta do banheiro Por exemplo, não pode ter a medida de 60 centímetros que é uma porta comum, todos os cômodos devem ter portas com 80 centímetros, que contempla a circulação da cadeira de rodas, além do mobiliário mínimo que a peça vai exigir.

O banheiro, que está sendo feito nas casas para os assentados, tem uma medida de 2,20 por 2,20 mts. Se por um lado é exigência do Programa Habitacional, por outro ele é um benefício para os assentados.

Por meio do Incra o recurso que era disponibilizado para a construção de uma casa, girava em torno de R\$ 15 mil reais, quando passou para o Minha Casa Minha Vida, foi para R\$ 28,5 mil reais o valor a ser disponibilizado para a construção das casas nos assentamentos.

Houve avanços no projeto, pois o mesmo veio acompanhado de um recurso maior, possibilitando dar acabamentos para as casas, principalmente aqui no Rio Grande do Sul, local de muito frio, assim uma casa sem forro seria uma grande tristeza na vida das famílias.

Com o aumento do recurso houve a possibilidade de se fazer uma casa melhor e com condições de acabamento, o que antes era impossível de se fazer, sem que fosse o próprio assentado que arcasse com seu recurso próprio. Agora existe a possibilidade de disponibilizar uma casa para os assentamentos que tenha forro, pintura, vidros. Estas condicionantes, melhoram consideravelmente a qualidade de vida das famílias do meio rural e melhora a autoestima destas pessoas, contribuindo assim para sua permanência no campo.

Nem sempre os assentamentos com melhores condições financeiras que poderiam ser aproveitadas para a construção das habitações, são os locais onde é realizado o melhor processo de construção das casas. A experiência demonstrou o inverso, aqueles locais onde os moradores mais disponibilizam de recursos, foi onde menos se organizaram para a realização das casas.

Existem assentamentos muito pobres, com pouquíssimas condições, sem água, estradas precárias, prejudicando a chegada do caminhão, o que impossibilita o caminhão chegar o mais próximo do local onde serão construídas as casas, tendo que deixar o material distante.

O que nos permite afirmar que a proximidade com o centro urbano não quer dizer que o processo de construção venha ser melhor desenvolvido, foi a experiência desenvolvida no assentamento de Eldorado do Sul, o assentamento é próximo da cidade, muitos assentados trabalhando fora, mas a maioria não se preocupou com as condições em que a casa vai ficar.

Podemos afirmar que existem algumas diferenças entre o meio rural e o urbano no que se refere ao programa de habitação, tanto em relação ao recurso disponível, como às questões de infraestrutura. Em área urbana o valor para a construção de cada casa é em torno de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), sendo que esta casa é menor do que a construída na área rural.

Além do recurso, na área urbana existe um canteiro de obras, as casas sendo uma ao lado da outra, possibilitando que a entidade organizadora ou construtora leve todo o material, centralize em um local e distribua a partir do mesmo, o que facilita o processo de construção.

No caso do meio rural, por exemplo, no Município de Livramento, a distância entre um assentamento e outro é mais de 80 quilômetros, fora a localização distante entre os lotes nos próprios assentamentos, o que torna mais caro a distribuição dos materiais.

A avaliação em nível de Brasil é de que o recurso é insuficiente, e no Estado do Rio Grande do Sul isso ficou mais complicado com a retirada pelo Governo Estadual da contrapartida no valor de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais). Sem este recurso, é impossível de construir as casas com as mesmas qualidades e exigências do programa, com este valor faltado dá apenas para construir o básico, mas não o acabamento.

O problema é que na área rural, é necessário aumentar o valor para a construção das casas, no mínimo igualando-o ao valor das áreas urbanas, pois além de o valor ser menor, existe a questão da mão de obra, do transporte, etc.

O programa Minha Casa, Minha Vida vem passando por várias etapas de qualificação, existe uma norma de desempenho que define, por exemplo, que a porta precise ter uma duração de no mínimo 12 anos, que a estrutura da casa deve durar 40 anos, a alvenaria 25 anos, a cobertura tem que ser apenas de telha cerâmica ou colocação de laje em todas as casas.

Com o valor disponível de R\$ 28,5 mil reais não existe possibilidade de garantir que a torneira irá durar 12 anos, porque uma desta qualidade é mais cara, assim um projetista, por exemplo: uma engenheira civil, não tem como fazer um projeto que coloque todas essas regras, e solicitar todas essas especificações para poder atestar que o projeto atenda a norma de desempenho exigida pelo programa.

O PAC 3 ainda não foi lançado, estando ainda em fase de discussão destas regras citadas. Sabemos que é necessário ter a norma de desempenho, todos merecem ter uma casa de qualidade, mas para isso, é preciso que o recurso seja maior, sendo no mínimo equiparado com as áreas urbanas.

Outra grande dificuldade é a instabilidade do programa, que não permite manter um fluxo constante de organização e trabalho, prejudicando o planejamento conforme as informações repassadas no início dos projetos. As mudanças e as instabilidades do programa

são constantes, não existindo a mínima possibilidade para realizar-se uma programação para três meses, existindo sempre algum problema que atrapalha esta programação.

Por exemplo, hoje teríamos de ter uma equipe de entrega de materiais maior, mas não podemos ter esta equipe, caso não tenha novas contratações, pois não está previsto a garantia de continuidade de novos projetos.

A Caixa Econômica Federal já havia trabalhado com os movimentos sociais no ano de 2005, e em 2008 parou tudo aquilo que se tinha avançado na época, isto fez retroceder ao invés de avançar o processo de desenvolvimento de execução do projeto de habitação nas áreas rurais.

Os profissionais que vinham desenvolvendo este trabalho não são os mesmos, assim a experiência não se acumulou e acabou se perdendo o conhecimento e a dinâmica anterior. Agora nos deparamos com o mesmo modelo que havia em 2005 e de novo começa do zero todo o processo de adaptação.

Uma das demandas atuais nos assentamentos da reforma agrária, algo que ainda não está sendo operado pela COCEARGS aqui no estado do Rio Grande do Sul, é a reforma das casas, principalmente em assentamentos mais antigos. Também existe uma demanda de filhos de assentados, pois a ideia é a construção de casas para filhos de assentados poderem permanecer no mesmo lote que os pais.

Outra questão ainda a ser resolvida diz respeito às condicionalidades para ser beneficiário dos programas de habitação rural, impedindo aqueles que já haviam acessado algum tipo de recurso do FGTS para moradia, ficando sem poder acessar ao PNHR.

Um dos exemplos a serem citados, é o caso daqueles que acessaram no ano de 2001 um recurso no valor de R\$ 1.400,00 (mil e quatrocentos reais) vindos do FGTS e agora quando as famílias acessam algum recurso que venha do FGTS, entram no CadMut, que é o cadastro de mutuários, sendo impedidos de acessarem o programa de habitação rural.

Muitas destas famílias receberam o recurso para fazer o galpão, onde guardariam algum maquinário ou sementes.

3.4 – Assentamento Apolônio de Carvalho a partir da fala dos moradores

O Assentamento Apolônio de Carvalho situado na fazenda localizada em Eldorado do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, município este localizado na região metropolitana, teve sua ocupação realizada em 2007, realizada no intuito de destinar as terras, que estavam sendo utilizadas para a lavagem de dinheiro por parte de um traficante, para fins de reforma agrária.

Foram assentadas cerca de setenta e duas famílias, no início, foram construídas barracas de lona iguais àquelas utilizadas durante o acampamento. Com o decorrer do tempo as famílias foram conseguindo algum recurso para construir casas de madeira e eternit.

No ano de 2008, ainda com grandes dificuldades para conseguir as questões mais básicas para a subsistência, como por exemplo alimentação, e com a ausência de assistência por parte do INCRA, chegou até o assentamento, segundo as famílias entrevistadas, os chamados “catarinas”, estes trouxeram para uma reunião uma maleta com cerca de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) em dinheiro “vivo”, e fizeram uma proposta de arrendamento das terras, o dinheiro da maleta seria uma primeira parte do arrendamento das terras; e com as dificuldades encontradas pelas famílias, foi aceita a proposta de arrendamento.

Com o arrendamento das terras o INCRA passou a realizar uma intervenção junto às famílias, realizando entrevistas para identificar as famílias assentadas responsáveis por trazer os “catarinas” e articular os arrendamentos. Com isso, algumas famílias foram apontadas por outras, e assim acabou gerando divisões internas no assentamento.

A assistência do INCRA começou pela realização da topografia da área, para então poder dividir os lotes entre as famílias, porém houve uma demora de 3 anos, assim as famílias tiveram que esperar todo este tempo para saber onde seria o local destinado para a moradia de cada um. A partir da demarcação começaram a sair alguns programas de investimento.

A partir de discussão coletiva das famílias, as casas foram organizadas em agrovila, o que facilitou a construção da rua principal, facilitando sua manutenção. Segundo entrevista realizada, a responsabilidade da estrada que passa fora do assentamento é da prefeitura e a interna é de responsabilidade do INCRA, sendo que a mesma não recebeu nenhuma manutenção depois que foi criada por esse órgão.

Outras questões de infraestrutura para o assentamento foram sendo resolvidas posteriormente, como a luz, que veio a partir do Programa Luz para Todos no ano de 2010, com o qual foram instalados os padrões para o atendimento de luz em cada lote das famílias assentadas. A água, que segundo uma das famílias entrevistadas relata, é acessada a partir de um poço artesiano que abastece um bairro perto do assentamento, do qual a partir de três pontos de redistribuição, com caixas de capacidade para 15 mil litros cada, redistribui aos assentados.

A partir dos três pontos de redistribuição, as próprias famílias tiveram que comprar encanamentos e fazer a captação individual, tornando-se assim, relativamente precária, devido ao encanamento não ser adequado para este fim, e ficarem expostos a intempéries e a passagem de animais.

Inicialmente o INCRA disponibilizou crédito de apoio para as famílias, para as mesmas iniciarem um processo de produção, mas nem todas as famílias conseguiram acessar estes programas, o que foi gerando mais desigualdades e uma falta de coesão interna entre as famílias, prejudicando assim o processo organizativo das mesmas.

A partir dos anos de 2011 e 2012, as famílias assentadas passaram a fazer parcerias com a Cooperativa Regional de Porto Alegre (Cotap), com a parceria, foi disponibilizado sementes, irrigação para o arroz, maquinário e orientações técnicas para a produção do arroz no assentamento, os assentados disponibilizavam a mão de obra e no final, no período da colheita era repassado uma porcentagem da colheita para a cooperativa e outra porcentagem dividida entre as famílias.

Apenas cinco das famílias assentadas não realizam o processo de produção do arroz juntamente a Cotap. A Cotap realiza a distribuição das sementes, bem como também auxilia para que os próprios assentados possam estar produzindo suas sementes e tendo um maior controle da qualidade das mesmas.

Também existem grupo de cooperação no cultivo de horta orgânica, o qual entregam através de um calendário de 15 em 15 dias à CONAB que é encarregada de fazer a coleta destes produtos e entrega-los a algumas entidades que também se beneficiam com o projeto.

O acompanhamento técnico das famílias é realizado através da equipe técnica da COOPETEC, que é responsável por verificar se os assentados estão seguindo as normas para

a produção orgânica, relacionado com o cuidado com o meio ambiente e questões como o lixo, reciclagem, etc.

As famílias realizam o processo de trabalho interno através de uma distribuição de tarefas, sendo organizado por parte de um coordenador do trabalho. A Cooperativa participa com assistência técnica, infraestrutura e com os insumos (sementes, adubo, irrigação).

Segundo alguns entrevistados os grupos são semicoletivos, pois se unem para compra e uso de máquinas em comum, mas não necessariamente para todo o processo.

3.4.1 O Programa Nacional de Habitação Rural no Assentamento Apolônio de Carvalho

Em relação ao Programa Nacional de Habitação Rural vinculado ao programa MCMV, os entrevistados disseram se tratar de um direito de todos os assentados, porém 15 famílias assentadas não conseguiram acessar o PNHR e 51 famílias foram beneficiadas pelo programa.

Inicialmente as famílias tem que apresentar o RB (registro do beneficiário da reforma agrária), CPF e outros documentos, a partir do que se verifica se o assentado já foi beneficiado por algum outro programa, e, como exposto no ponto anterior deste trabalho, quando identificado o recebimento de recursos em programas anteriores, os moradores ficam eliminados do PNHR.

Apesar das limitações do programa, surge das entrevistas a seguinte fala: *“Sabemos que este programa que estamos acessando hoje, vem do processo de mobilização nacional de luta dos trabalhadores do campo”*.

Neste assentamento o PNHR iniciou-se com a assessoria da COCEARGS e a construção das casas foi executada na sua maior parte pelos próprios moradores. Numa das entrevistas verificamos a dificuldade dos assentados quanto à compreensão do processo: *“Temos dificuldades em entender qual é as atribuições da COCEARGS e quais são as atribuições da Caixa, até onde vai a responsabilidade de cada um. No início o processo foi autoritário, foi cobrado que as famílias teriam que estar internos acompanhando o processo da construção das casas, assim não podendo estar em outras tarefas, como por exemplo as*

que eu tinha de responsabilidade, assim as famílias composta por apenas um membro, teria mais dificuldades neste processo”.

Este processo foi discutido com as famílias, elas poderiam escolher a forma com que iriam construir as casas, de início seria contratado uma construtora, mas ficou definido que as famílias acompanhariam o processo de construção e ficariam responsáveis pela contratação de pedreiros, podendo ser das próprias famílias envolvidas no processo de construção, e assim, também ter uma renda, já que a renda maior de boa parte dos assentados é no período da colheita. Como muitas famílias dominam algum processo de construção, poderiam assim fazer a sua casa e obter alguma renda.

Um dos entrevistados colocou da seguinte maneira *“Em minha casa, consegui dar uma boa qualidade para ela, pois realizei o acompanhamento de todo o processo de sua execução, bem como também me envolvi como ajudante”.*

No início foi atrasando o processo de execução das casas, devido á demora em a liberação dos recursos pela Caixa, e depois que liberou os recursos, a demora se deu devido às intempéries, muita chuva no período, assim a dificuldade para a entrega dos materiais e depois da entrega o problema em executar a obra devido o valor baixo no pagamento da mão de obra dos pedreiros, o que fez muitos desistirem de executar a obra, passando por diferentes pedreiros para construção das casas. Como disse outro entrevistado: *“em nosso caso, não deu certo com o primeiro pedreiro, tendo que ser mudado, contratando o segundo pedreiro que está terminando a casa. Para terminar a casa hoje, falta apenas vir às estruturas do banheiro e ser instaladas, estruturas estas como a pia, vaso. Existem algumas famílias que estão um pouco atrasadas na execução, mas no momento não estão muito diferente dos demais e a previsão é para que em dezembro deste ano (2015), todas as casas estejam acabadas”.*

Algumas famílias tiveram pouca participação na execução das casas, o que ajuda no atraso do grupo, assim o grupo precisa cobrar àquelas famílias que pouco se envolvem no processo de execução de sua casa.

De acordo com as entrevistas realizadas a principal dificuldade no processo de construção das habitações foi o valor pago aos pedreiros para a construção da casa, pois muitos dos pedreiros desistiram de construir a casa, o que ajudou para o atraso da construção, bem como os próprios assentados tiveram de pagar parte da mão de obra para que as casas possam ser acabadas, o valor de R\$ 8.000,00 é insuficiente para a mão de obra na construção

das casas. Assim relata um dos entrevistados: *“O principal problema que tivemos foi a demora para a entrega dos materiais. Por exemplo, o pedreiro está por conta da família, a família contrata os pedreiros, mas não tem os materiais para dar continuidade no trabalho, este pedreiro precisa trabalhar e vai em busca de outro trabalho. Também existe a demora em pagar os pedreiros, até que libere o recurso, bem como o valor é baixo para pagar a mão de obra, em muitos casos as famílias precisam tirar de sua própria conta para pagar uma parte da mão de obra, bem como alguns materiais para o acabamento das casas”*.

Também foi sinalizado o custo dos materiais, que aumentaram consideravelmente durante o tempo que demorou a ser executada a obra *“no início quando começamos a acessar o programa, quando ele iniciou aqui no assentamento, os materiais eram muito mais baratos, agora com a demora para sair os recursos, os preços foram se elevando”*.

Mas, por outro lado um entrevistado apontou: *“Se por um lado no decorrer do período em que fomos assentados em 2007 e o período em que acessamos o programa de habitação em 2013, demorou um período de 6 anos, se por um lado esta demora prejudicou as famílias, por outro lado ela foi boa por ter proporcionado a oportunidade de acessarmos um valor maior, pois se tivéssemos acessado em 2010, teríamos acessado um programa com um valor de R\$ 15.000,00 reais a menos, assim teríamos uma outra qualidade da casa”*.

Surge das entrevistas que mesmo com as dificuldades apontadas acima o processo de construção das moradias contribuiu para fomentar a união entre os assentados e deu uma “nova vida social”. Parece-nos que se realmente conseguirem trabalhar de forma responsável e cooperada no processo de construção, conseguiria manter a qualidade construtiva das casas e melhorar o tempo de construção.

Para os entrevistados a participação da COCEARGS foi importante em todo o processo. Esse tipo de assessoria tem uma visão de todo o processo e também do trabalho que é realizado no assentamento, isso ajuda a compreender as várias dimensões do processo como um todo e contribui com os debates políticos e organizativos do assentamento.

A relação com as cooperativas, de modo geral, ajudam em toda a produção, *“caso os assentados não tenham uma cooperativa para ajudar neste processo, teríamos muito mais dificuldade. Com elas, conseguimos ter a semente, adubo orgânico, água. Se não tivéssemos as cooperativas, não teríamos as condições para se produzir o que é produzido hoje”*.

3.4.2 Impactos do programa de habitação na vida dos moradores do assentamento

O resultado que observamos nas entrevistas foi bastante positivo. Primeiro destacamos a qualidade das casas construídas pelo programa se comparado com as anteriores, tanto na qualidade dos materiais como também no conforto e distribuição dos cômodos das casas. Do ponto de vista térmico as novas casas oferecem mais conforto, não tendo mais frestas entre as tábuas, que deixavam passar o vento frio do sul *“Melhoria é de 100%, pois sair de uma casa de madeira para uma casa de alvenaria muda completamente. Pois em nossa casa, havia aberturas que castigava no inverno, tendo um frio enorme dentro da casa, furos no telhado, tendo infiltração dentro da casa quando chovia, agora não teremos mais que se preocupar com estes problemas”*.

Outro morador aponta: *“A mudança foi um salto não sei de quantos graus, sair da lona para uma casa de material. O projeto é muito bom. Se está demorado para se concluir as casas a responsabilidade também é dos próprios assentados que precisam dar mais valor e mais responsabilidade, devem olhar para si mesmos e admitir também a sua falta de responsabilidade e não apenas culpar os outros”*.

As melhoras também passaram pela infraestrutura de saneamento e conexão de água dentro dos domicílios, coisa que não se tinha antes do programa, ou era muito insuficiente. *“Em nossa casa já tinha banheiro com encanamento, mas em muitas famílias assentadas, não se tinha um banheiro com encanamento, com um saneamento, agora estas questões mudam e muito na vida das famílias, principalmente para famílias assentadas que geralmente são grandes com um número grande de crianças. Ter o acesso a água encanada, muda a rotina na vida das famílias”*.

A tipologia de 2 e 3 dormitórios ensina que nem todas as famílias conseguem se adequar em essas determinações, há famílias com número maior de membros que terão que pensar em ampliações futuras. Mesmo isto tendo sido sinalizado nas entrevistas, a grande maioria afirma que o programa foi um grande ganho para a qualidade de vida.

O processo de organização desse assentamento para a construção das casas também teve impactos em outros aspectos da vida dos moradores, por exemplo, em realizar uma demanda por escrito para a prefeitura melhorar as condições de transporte, que é quase inexistente hoje; assim como também uma demanda para o programa “Mais Médicos”, reivindicando que o assentamento seja atendido também por esse programa.

Também os moradores expressam sua concordância com o estímulo que significou o PNHR para o convívio das famílias *“teve um desenvolvimento social que estava sendo necessário, pois as famílias tinham a tendência de se acomodar e o projeto veio para que isso não acontecesse. Por ser voltado para a habitação, o processo de execução da habitação acabou mexendo com outras questões internas do assentamento, por isso digo que foi um processo integral”*.

Como dito acima, alguns moradores do assentamento não tiveram possibilidades de serem incorporados ao PNHR por terem sua documentação não aprovada, um dos entrevistados nesta situação explica qual foi o seu processo de vida e luta pela terra e como nessa trajetória acontecimentos inesperados podem travar o acesso ao programa: *“na construção de minha casinha, foi através de mutirão com os companheiros/as assentadas. Fui acampado por cinco anos, e estou assentado há oito anos. Desde o início não consegui acessar os programas do INCRA, pois por cerca de 35 anos atrás, por volta da década de 70, fui para o Mato Grosso do Norte, onde era posseiro, e tive a possibilidade de acessar terras por via de uma cooperativa, cerca de 150 hectares de terras. Mas naquele período, tive problemas com a malária, peguei três vezes a malária, fiquei com medo de morrer e vendi a terra pelo valor da passagem e alimentação e voltei para o sul. Assim ao verificar a documentação, o INCRA não possibilita o meu acesso aos programas que a maioria dos assentados acessa. Com estas condições, estou irregular no INCRA, mas devido ter participado da luta pela terra, estar acampado e vivido todo o processo que as demais famílias vivenciaram, estou em grupo de produção, construí a minha casinha com ajuda dos demais assentados, e agora neste ano encaminhei minha aposentadoria e no momento estou aguardando. Hoje vivo de bicos (trabalhos esporádicos e da produção de arroz, mandioca, batata, alguns animais), assim tenho para minha subsistência e para a compra de outros produtos”*.

3.4.3 A participação dos moradores no processo de assessoria técnica para construção das moradias

A assessoria técnica da COCEARGS foi realizada principalmente através de instâncias participativas na modalidade de oficinas sobre as diversas etapas do processo de construção das casas.

A este respeito os entrevistados disseram que *“todas as oficinas realizadas é tirado algum proveito, desde o cuidado com os materiais utilizados na construção das casas, as famílias são orientadas para o seu descarte adequado, como por exemplo de um foro de PVC, não ser jogado nas pastagens ou em qualquer outro local do assentamento, pois estará contaminando e prejudicando o processo de produção orgânica no assentamento. A gente muda muita coisa, eu mesma mudei as minhas práticas no dia a dia, pode-se dizer que tenho um maior cuidado no dia a dia com as coisas, desde o plantio de uma árvore, a gente se relaciona de outra forma com a natureza”*.

A apropriação de técnicas também aparece como um resultado importante das oficinas que foram desenvolvidas neste assentamento, sobre isso destacamos o seguinte trecho de uma das entrevistas realizadas: *“Uma das oficinas que implementamos em nossa habitação foi o sumidouro. Do qual instalamos um cano de 30 metros, com vários furos neste cano, assim no período do verão teremos uma parte de nosso terreno úmido, podendo ter vários produtos produzindo neste local sem se preocupar com a água e no inverno, a água vai correr no final do cano. Assim aproveitamos para não poluir a natureza e aproveitar a água utilizada na casa”*.

Na área social, também foram realizadas oficinas em torno das plantas medicinais e aromáticas. *“Muitas das famílias precisam de um empurrão para desenvolverem seu trabalho no assentamento, e as oficinas vem a ajudar neste processo. As oficinas também tiveram o papel de realizar um intercâmbio entre as famílias e os conhecimentos que cada uma também possui, assim algumas famílias passaram a desenvolver alguma atividade que antes não vinha desenvolvendo no assentamento”*.

Outros aspectos dessa assessoria foram também identificados, como as oficinas que objetivam algum tipo de manufatura como pão e pequenos negócios que oferecem outras alternativas de renda para os assentados.

Considerações Finais

Ao longo deste trabalho pudemos observar a estreita relação entre a urbanização e o campo no desenvolvimento social e econômico brasileiro, assim como as demandas populares por um lugar para morar e produzir seu sustento foi e continua sendo uma questão tanto no campo como nas cidades.

A herança deixada pelo modelo colonial de “plantation”, assim como a regulamentação para o acesso à terra em vésperas da proclamação da República e da Lei Áurea, impediram a permanência do trabalhador rural e dos ex-escravos no campo e provocou o início do êxodo rural entre final do século XIX e início do século XX. Destacamos a Lei de terras de 1850, que impede a fixação do trabalhador rural a terra, tornado-se a mãe dos Sem Terras e das favelas, importante fato gerador das desigualdades sociais, que somado a outras decisões políticas e econômicas mantiveram o mesmo processo excludente até os dias atuais.

O processo de desenvolvimento do capitalismo e avanço dos meios de produção mudariam as condições de vida da população brasileira sem mexer nas estruturas que mantêm estas imensas desigualdades, sem abrir a possibilidade para a realização de uma reforma agrária e da reforma urbana. O desenvolvimento da indústria e a necessidade de mão de obra em abundância como meio de baratear os custos de produção, colocaram o campo no esquecimento e forçaram sua população ao êxodo rural, sem criar condições nas cidades para acolher esse contingente de migrantes.

Assim, o desenvolvimento das indústrias e o comércio nas cidades, necessitou da mão de obra vinda do meio rural brasileiro, mas ao mesmo tempo foi excludente, criando uma nova divisão no espaço geográfico das cidades, surgindo como demanda da população às ocupações de áreas desvalorizadas onde foram surgindo as favelas.

A preocupação das elites brasileiras, neste primeiro período, esteve voltada ao medo da pobreza, à qual se responsabilizava pelas doenças e epidemias e por impedir melhorias e

embelezamento das cidades, motivos que levaram à intervenção do Estado que passou a executar remoções das habitações populares, principalmente nos centros urbanos das principais cidades do país, jogando estas famílias para regiões distantes dos centros urbanos, gerando um maior adensamento das periferias e favelas.

A partir de 1930 houve uma mudança na intervenção estatal sobre as questões sociais, principalmente aquelas vinculadas ao trabalho e ao trabalhador, e se inicia certa preocupação com o déficit habitacional, ou seja com o número expressivo de moradias em péssimas condições e se buscam algumas medidas voltadas a um problema quantitativo e não aos problemas estruturais históricos. Com isso, se pensou em uma política com o intuito de construir um número equivalente de casas ao número de pessoas sem casas, assim seria resolvido o problema da habitação. Porém, passaram-se diferentes governos sem que a realidade das grandes cidades mudara, não resolvendo o problema do déficit habitacional, nem dos fluxos migratórios do campo para as cidades que continuavam acontecendo que continuava intensificando-se devido às penúrias do campo e a impossibilidade de sobrevivência no meio rural.

O aumento do valor fundiário nos centros urbanos e regiões contribuíram para o aumento do número de favelas e ocupações irregulares, levando as famílias sem condições financeiras a morarem em locais cada vez mais distantes, em regiões desprovidas de infraestrutura, aumentando ainda mais os contrastes sociais. Assim, foi se desenvolvendo a face fragmentária do capital, estando na gênese do processo de desenvolvimento capitalista, ocorrendo à divisão da cidade e o campo, onde o segundo passou a submeter-se ao primeiro, assim também ocorrendo nas cidades, a divisão entre o centro e a periferia.

A intervenção dos governos militares intensificou este modelo, buscando a coesão social, através de políticas sociais, com intuito de amenizar a retirada dos direitos civis e políticos. As políticas implementadas no período representaram um avanço para o desenvolvimento das forças produtivas, embora os programas sociais estavam claramente submetidos aos objetivos econômicos. Exemplo disso foi a criação do Banco Nacional da Habitação, que buscava aquecer a indústria da construção e empregar mão de obra pouco qualificada ao mesmo tempo em que tentava enfrentar o déficit habitacional que não parava de crescer. Porém a grande maioria das unidades habitacionais construídas em este período favoreceram estratos de renda com capacidade para adquirir financiamento e não chegaram a

beneficiar à população mais carente de habitação que continuou engrossando as periferias e espaços sem valor de mercado.

Esse modelo de política de habitação submetida ao mercado da construção civil e ao mercado imobiliário se mostrou inviável para equacionar os problemas oriundos da estrutura fundiária brasileira, tanto no campo como nas cidades.

A reorganização dos movimentos sociais urbanos e rurais colocou novamente na pauta a necessidade de mudanças mais profundas nas condições de acesso à cidade e à terra. No final da ditadura militar houve uma retomada do Movimento pela Reforma Urbana e uma articulação dos movimentos de trabalhadores rurais que levou à criação do MST.

A intensificação das mobilizações populares na entrada dos anos 1980 e a forte crise do modelo econômico brasileiro com consequências desastrosas para as camadas populares, aumento do desemprego, dos índices de inflação e piora nas condições de vida, trouxe a atenção dos organismos internacionais que começaram a intervir através de empréstimos condicionados à efetivação de alguns programas sociais, dentre os quais a habitação. Um modelo adotado pelos países da América Latina, entre eles o Brasil, cujo conteúdo visava uma política voltada para aqueles segmentos da sociedade de baixa renda, que fosse abrangente e com baixos custos, caracterizando-se como uma política de Habitação em moldes precarizados.

Estas orientações têm por base, a intervenção dos organismos internacionais na organização das cidades, buscando lucros nos espaços de especulação imobiliária, levando em consideração muito mais a capacidade de pagamento que o espaço mínimo para as famílias morarem, e no campo, as áreas desapropriadas para fins de reforma agrária são passíveis de pagamento através de recursos vindos do Estado, assim sendo realizada uma reforma agrária pontual e residual, naquelas localidades onde o conflito pela terra se torna mais explícito.

No governo Lula, que teve início em 2003, os movimentos sociais por terem uma maior aproximação deste partido político, esperavam um maior avanço nas conquistas para a classe trabalhadora. As lutas sociais aumentaram, a ofensiva sobre estes não diminuiu, a elite brasileira continuou articulada e através dos espaços que ocupou historicamente continuou se beneficiando, assim o PT através de suas alianças políticas buscou através de um desenvolvimentismo, mudar a vida da população mais desfavorecidas através de programas

sociais de transferência de renda, não realizando as reformas estruturais que os movimentos sociais e outros segmentos da classe trabalhadora, tanto esperavam.

Assim, na reforma agrária, seguiu realizando alguns assentamentos em locais de conflitos de terra, e através de seus programas sociais, como a luz para todos, fome zero, bolsa família, créditos, buscou dar acesso aos assentados e moradores das periferias e favelas espalhados pelo Brasil, a produtos de consumo. Assim proporcionou nas condições de vida dos brasileiros e aumento no mercado de trabalho, crescendo o número de trabalhadores no mercado formal, isso devido ao crescimento da economia brasileira, mas que sofre com a crise atual, não podendo manter os mesmos padrões de consumo da população e de mercado de trabalho.

Com este modelo, os assentamentos se favoreceram não no aumento do número de áreas desapropriadas para fins de reforma agrária, mas com investimentos em infraestrutura e assistência técnica, como também em programas de incentivo a produção orgânica e a compra destes produtos via programas do governo federal, dando alternativas para o escoamento da produção dos assentamentos e outros produtores rurais.

Junto destes programas, com o avanço do Programa Minha Casa Minha Vida, e da luta dos movimentos sociais do campo, a criação do Programa de Habitação Rural, avançou no acesso a habitação nas áreas de reforma agrária. As cooperativas como entidade organizadora, atuando como agente promotor, organizando os beneficiários e promovendo os empreendimentos através do PNHR, sendo uma ferramenta no acesso das famílias a uma habitação mais digna e potencializando o trabalho social junto destas famílias.

Historicamente o processo de desenvolvimento do cooperativismo no MST constituiu um processo de luta pela organização dos trabalhadores rurais das áreas da reforma agrária, proporcionando condições para o desenvolvimento produtivo e social das famílias nos assentamentos. Assim como na produção, no acesso ao crédito, infraestrutura, insumos, escoamento da produção, políticas públicas voltadas para os pequenos agricultores que buscam desenvolver uma matriz de produção que respeite o meio ambiente e traga condições para este desenvolvimento, as cooperativas também passam a cumprir a tarefa de agente organizador do processo de execução das habitações nas áreas de reforma agrária, buscando atender as famílias de forma integral, realizando trabalhos que visam a organização produtiva e social das famílias nos assentamentos.

Através da pesquisa realizada, notamos que houve um avanço na política de habitação rural, uma vez que a mesma passa a integrar o programa Minha Casa Minha Vida do governo federal, proporcionando maiores condições através de um recurso maior do que vinha sendo acessado anteriormente ao surgimento do PNHR. Neste sentido a COCEARGS que já vinha desenvolvendo o processo de agente executor do desenvolvimento da habitação nas áreas de reforma agrária no Estado do Rio Grande do Sul, passa a desenvolver um trabalho com maiores qualidades, tanto nos materiais utilizados na habitação, como também, passa a conseguir concluir uma habitação até seu acabamento, o que antes não se conseguia.

No processo de desenvolvimento da habitação nos assentamentos a COCEARGS buscou levar em consideração as várias dimensões do assentamento, os meios de produção, sendo o principal deles a terra, e nesta a organização das famílias em torno das linhas de produção nos assentamentos, buscando sempre avançar na produção orgânica, atendendo às necessidades daqueles que produzem.

Podemos ver através do registro fotográfico (Anexo 1) o salto de qualidade existente nas habitações construídas. Além da qualidade na estrutura, isto se reflete na qualidade de vida, passam a ter saneamento que poderá ser melhor avaliado com o passar do tempo na saúde das crianças e de toda a família, bem como segue um padrão de acessibilidade, que antevê as possíveis necessidades que as famílias venham a ter no futuro, tanto no que diz respeito a acessibilidade aos cadeirantes como também aos idosos.

Nas entrevistas realizadas junto às famílias, notamos alguns limites que ainda existem em torno da política de habitação, no que se refere ao mercado de materiais de construção, pois o programa estabelece um valor para as construções que acabam tendo uma demora maior do que o previsto, por vários problemas, entre eles questões burocráticas ligadas a própria Caixa Econômica Federal, às intempéries que tarda a entrega dos materiais, a desistência dos trabalhadores, principalmente o pedreiro, que desiste da construção pelo atraso da entrega dos materiais, como também pelo valor baixo pago pela mão de obra e a burocracia na liberação dos recursos.

Assim, se por um lado às famílias tem a possibilidade de participar do trabalho de execução de sua própria casa, ela acaba sendo responsabilizada por este processo, arcando muitas das vezes com valores da mão de obra para finalizar o acabamento da habitação, como

também em recursos para a compra dos materiais que acabam faltando no decorrer do processo.

Entre outras contradições que chamaram nossa atenção na pesquisa feita junto às famílias, talvez uma das principais fosse à identificação de irregularidade na condição de beneficiário da reforma agrária de alguns assentados e a impossibilidade de serem incluídos nos programas de habitação. Estes assentados que não conseguem ter acesso aos programas são notadamente tão carentes ou mais do que os outros assentados, porém não é considerada sua condição de vida atual, nem realizada uma apuração das “irregularidades” identificadas pelo INCRA, ficando simplesmente à margem de qualquer benefício.

Situações como estas, entre outros elementos que surgiram na pesquisa, demonstram que ainda temos muito caminho pela frente na luta pela terra e habitação.

REFERÊNCIAL BIBLIOGRAFICO

ALVES, Giovanni. Neodesenvolvimentismo e Precarização do Trabalho no Brasil – Parte II. Publicado em 19/08/2013. Revista Boitempo. acessado em; <http://blogdaboitempo.com.br/2013/08/19/neodesenvolvimentismo-e-precarização-do-trabalho-no-brasil-parte-ii/>; acessado dia 11 de Novembro de 2015.

ARANTES, PEDRO FIORI. O Ajuste Urbano; As Políticas do Banco Mundial e do BID para as Cidades. Pós. N20. São Paulo, Dezembro de 2006.

BOTEGA, LEONARDO DA ROCHA. A Política Habitacional no Brasil – (1930 – 1990). Divulgação Científica da FALS. Santa Maria (RS), Março de 2008.

OLIVEIRA E CHRISTOFOLI. Caderno de Formação nº 21. Cooperativas de Produção Questões Práticas. 3º edição. produção; MST-Concrab. Organizadores; Juraci Portes de oliveira, Pedro Christoffoli e Executiva Nacional da CONCRAB. Junho de 1997.

Caixa Econômica Federal. COTS – Caderno de Orientação Técnico Social. Brasília, Agosto de 2012.

CARTILHA DE APOIO I. Programa de Formação para a Cooperação e Organização dos Assentamentos. MST, Setores de Produção, Cooperação, Meio Ambiente e Formação. Secretaria Nacional do MST. São Paulo/SP. 1º edição, outubro de 2008.

CPT/RS. Documento N° 1132. Sistema Cooperativista dos Assentamentos - SCA. Uma Proposta para o Desenvolvimento dos Assentamentos no Brasil. São Paulo, abril de 1991.

Constituição da República Federativa do Brasil. Câmara dos Deputados; Centro de Documentação e Informação. Brasília, 05 de outubro de 1988.

DUTRA, LUIZ GABRIEL BETTIOL. A Atuação do Governo Lula no Combate ao Déficit Habitacional Brasileiro. O Caso do Programa Minha Casa Minha Vida. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 17 de Dezembro de 2010.

FILHO, ANTONIO TRIANA. Habitação Popular no Brasil. Análise do Modelo Operacional de Financiamento pelas Agências Oficiais. Dissertação Apresentada perante o Programa de Pesquisa e Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Brasília/DF, Março de 2006.

FORTES, ALEXANDRE. A Classe Trabalhadora Porto Alegrense e a Era Vargas. Tese de Doutorado Apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2011.

MARTINS, JOSÉ DE SOUZA. Os Camponeses Política no Brasil; As Lutas Sociais no Campo e seu lugar no Processo Político. Editora Vozes, Segunda Edição. PETROPOLIS/RJ, 1983.

MINC, CARLOS. A Reconquista da Terra; Estatuto da Terra, Lutas no Campo e Reforma Agrária. Editora, Jorge Zahar. Segunda Edição, RIO DE JANEIRO 1986.

MORISSAWA, MITSUE. A História da Luta Pela Terra e o MST. Editora; Expressão Popular, São Paulo; 3ª reimpressão, abril de 2008.

BONDUKI, NABIL. Política Habitacional e Inclusão Social no Brasil: Revisão Histórica e Novas Perspectivas no Governo Lula. Disponível em: WWW.USJT.br/arq.urb/numero_01/artigo_05_180908.pdf; acessado 19/11/2015.

FERNANDES, CÁSSIA DO CARMO PIRES. SILVEIRA, SUELY DE FÁTIMA RAMOS DE. Política Nacional de Habitação de Interesse Social. Estudos de Avaliação de Resultados. Dissertação Apresentada a Universidade Federal de Viçosa. Minas Gerais, 2009.

Histórico da Reforma Agrária. Disponível em: http://www.incra.gov.br/reformaagraria_historia. Acesso em: 01 de junho de 2015.

NASCIMENTO, DENISE MORADA. BRAGA, RAQUEL CARVALHO DE QUEIROZ. Deficit Habitacional; Um Problema a ser Resolvido ou uma Lição a ser Apreendida. Artigos e Ensaaios, 2009.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Programa Nacional de Capacitação das Cidades. MÓDULO BÁSICO I. Brasília, 2009.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Secretaria Nacional de Habitação; Departamento Produção Habitacional; Programa Minha Casa, Minha Vida; Programa Nacional de Habitação Rural; Orientação Operacional - OO Nº 03 /2013/DHAB/SNH/MCIDADES; Programa Nacional de Habitação Rural nos Assentamentos de Reforma Agrária. Brasília, 14 de agosto de 2013.

MOTTA, LUANA DIAS. A Questão da Habitação no Brasil. Políticas Públicas, Conflitos Urbanos e o Direito à Cidade. Ano 2014.

PERES, RENATA BOVO. Habitação Rural; Discussões e Diretrizes para Políticas Públicas, Planejamentos e Programas Habitacional. Disertação de Mestrado, Universidade de São Paulo. São Carlos, 2003.

Programa Nacional de Capacitação Das Cidades. Curso: Reabilitação Urbana com Foco em Áreas Centrais, Módulo 1 – Unidade 1. Ministério das Cidades, Ministério Federal. Apoio Caixa. Brasília, 2009.

SILVA, MARCIO ANTONIO BOTH DA SILVA. Babel do Novo Mundo. Povoamento e Vida Rural na Região de Matas do Rio Grande do Sul (1889-1925). Niterói (RJ), 2009.

Silva, Thiago Moreira. A presença das ligas camponesas na região nordeste. São Paulo, 2009. Pós Graduando em História Pontifícia Universidade Católica – PUC. Acessado em http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Silva_TM_M.pdf; acessado dia 12 de janeiro de 2016.

STEDILE, JOÃO PEDRO. BERNARDO, MANÇANO FERNANDES. Brava Gente; A Trajetória do MST e a Luta Pela Terra no Brasil. Editora; Expressão Popular, coedição Fundação Perseu Abramo. 2º edição, São Paulo 2012.

STEDILE, JOÃO PEDRO. SAMPAIO, PLÍNIO DE ARRUDA. ROSSETTO, MIGUEL. Debate Sobre a Natureza da Reforma Agrária Brasileira. 2º edição janeiro de 2004. Secretaria Nacional do MST, São Paulo.

STEDILE, JOÃO PEDRO. A Questão Agrária No Brasil; O Debate Tradicional: 1500 – 1960. Expressão Popular, 2º edição. São Paulo, 2005.

TOLEDO, LUCAS FERNANDO SANTIAGO. Relatório de Estágio Supervisionado I, II e III, Referente ao Curso Técnico Em Cooperativismo. Veranópolis (RS), Dezembro de 2014.

Secretaria Nacional do MST. Cartilha, Programa Agrário do MST. São Paulo, fevereiro de 2014.

ANEXOS

ANEXO 1; FOTOS DAS HABITAÇÕES NO ASSENTAMENTO APOLÔNIO DE CARVALHO EM ELDORADO DO SUL, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.



Foto do acervo do autor. Casa de assentado antes da execução do PNHR.



Foto do acervo do autor. Casa de assentado após a execução do PNHR.

A CASA DE MADEIRA É A ANTIGA E DE MATERIAL A NOVA CASA;



Foto do acervo do autor. Casa de assentado antes e depois da execução do PNHR.



Foto do acervo do autor. Parte interna da casa antiga.



Foto do acervo do autor.

CASA DO ASSENTADO QUE NÃO PODE ACESSAR O PNHR



Foto do acervo do autor. Casa de assentado que não pode construir pelo PNHR.

ANEXO 2; QUESTIONÁRIOS PARA ENTREVISTAS;

QUESTIONÁRIO (1) PARA O PROFISSIONAL LIGADO DIRETAMENTE COM AS FAMÍLIAS

01 - Qual a importância de se ter uma cooperativa dos assentados para o acesso e desenvolvimento de construção das habitações nas áreas dos assentamentos?

02 – Como que se da a relação do setor de habitação dentro da estrutura da COCEARGS, qual a importância do setor de habitação para a implementação da política de habitação rural nas áreas de reforma agrária?

03 – Quais foram às maiores dificuldades/entraves para o desenvolvimento e implementação da habitação nas áreas dos assentamentos?

04 – Qual a importância do projeto e do trabalho técnico social na implementação das habitações e na relação com as famílias?

05 – Qual a demanda atual de habitação nas áreas de assentamentos? A COCEARGS desenvolve a construção de habitações apenas para os assentados da Reforma Agrária Ligada ao MST?

06 - Quais os aspectos mais importantes a serem levados em conta no processo de execução e implementação das construções das habitações nos assentamentos?

07 - Como se dá a relação da cooperativa com as famílias assentadas e com órgão financeiro que é a Caixa econômica Federal?

08 – Quais os limites e avanços da Política de Habitação Rural desenvolvida dentro da Política do Minha Casa Minha Vida? O que é preciso avançar dentro do programa de habitação rural?

09 – Como se deu o processo de discussão das famílias no desenvolvimento do acesso à implementação das habitações?

10 - Quais foram as principais atividades desenvolvidas? Estas atividades desenvolvidas como, por exemplo, oficinas são importantes durante o processo de implementação das habitações?

11 - Qual as mudanças na vida das famílias observadas pelo profissional?

12 – As habitações atenderam as necessidades da família como um todo?

QUESTIONÁRIO (2) PARA AS FAMÍLIAS

1 – De que maneira a sua família tomou conhecimento da possibilidade de construir moradias através da Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul (COCEARGS).

2 – Sua família participa de alguma forma de cooperação no Assentamento? Qual?

3 – Todas as famílias participam da construção da casa? Quanto tempo se deu a construção?

4 - Quais foram os principais problemas enfrentados no processo de construção das casas?

5 – Se pudesse escolher entre várias alternativas de acesso à moradia: casa ou apartamento pronto do Programa Minha Casa Minha Vida, construção cooperativa, casa apartamento

individual para sua família em outro local, etc. Qual seria sua opção hoje, depois de terem passado pela experiência de produção via a cooperativa?

6 - Qual a importância de se ter uma cooperativa dos assentados para o acesso e desenvolvimento de construção das habitações nas áreas dos assentamentos?

7 - Quais foram às principais atividades desenvolvidas? Estas atividades desenvolvidas como, por exemplo, oficinas são importantes durante o processo de implementação das habitações? A família passou a desenvolver algum tipo de atividade a partir das oficinas oferecidas?

8 - Qual as mudanças na vida da família com a implementação da habitação?

9 - As habitações atenderam as necessidades da família como um todo?

10 – O que é preciso avançar dentro do programa de habitação rural?

QUESTIONÁRIO (3) PARA DIREÇÃO DO MST

1 - Como que se deu a luta do MST por habitação na década de 80 e início dos anos 90? Havia uma política de habitação rural específica nesse período? Em que momento o MST colocou na sua pauta a luta por habitação?

2 – Como era resolvida a construção das casas nos Assentados nas décadas de 80 e 90 e mesmo antes deste período?

3 – Em que período surgiu algum tipo de política de habitação no meio rural? Quais foram os sujeitos que demandaram uma política de habitação? E quem foi o responsável em desenvolver e implementar a construção destas casas?

4 – Quais foram às maiores dificuldades/entraves para o acesso à habitação? E no processo de construção das casas, quais foram às maiores dificuldades?

5 – Como surge a COCEARGS?

6 – Como surge o setor de habitação dentro da estrutura da COCEARGS, qual a importância do setor de habitação para a implementação da política de habitação rural nas áreas de reforma agrária?

- 7 – Qual a demanda atual de habitação nas áreas de assentamentos? A COCEARGS desenvolve a construção de habitações apenas para os assentados da Reforma Agrária Ligados ao MST?
- 8 - Quais os aspectos mais importantes a serem levados em conta no processo de planejamento e execução das construções das casas nos assentamentos?
- 9 – Qual a importância do projeto técnico social na construção das casas?
- 10 - Como é a relação da cooperativa com as famílias assentadas e com órgão financeiro que é a Caixa econômica Federal?
- 11 – Quais foram os limites e avanços do Programa de Habitação Rural desenvolvida dentro da Política do Minha Casa Minha Vida?
- 12 – Os imóveis construídos são de propriedade individual de cada família ou a propriedade é coletiva do assentamento?
- 13 – Há um “modelo” de cooperativa de habitação definida pela direção do MST? Ou cada experiência define seu próprio modelo de construção e ocupação?